

# *REFORMADOR*

ISSN 1413-1749

REVISTA DE ESPIRITISMO CRISTÃO

FUNDADA EM 21-1-1883

ANO 115 / OUTUBRO, 1997 Nº 2.023

Fundador: Augusto Elias da Silva

**Editorial - Liberdade com responsabilidade**

**O Conselho Federativo Nacional e a**

**Unificação do Movimento Espírita - Juvanir Borges de Souza**

**Espíritas! Com Jesus, Sempre! - Ismael Ramos das Neves**

**Exercitando o Evangelho - A porta para a vida - Inaldo Lacerda Lima**

**A "química do amor" explicaria tudo? - Vitor Ronaldo Costa**

**Visão diferente - Richard Simonetti**

**Perigo à Vista - Passos Lírio**

**Leopoldo Machado e a Unificação - Lydienio Barreto de Menezes**

**Esflorando o Evangelho - Não se envergonhar - Emmanuel**

**Suicídio - Por que evitá-lo? - Gebaldo José de Sousa**

**Responsabilidade no fumar - Geraldo Goulart**

**A FEB e o Esperanto - Língua Internacional e**

**Direitos Humanos - Affonso Soares**

**Pedro Franco Barbosa - Antônio Lucena**

**FEB - Departamento de Infância e Juventude - Evangelização**

**Infanto-Juvenil: A tarefa é, sobretudo, de Amor**

**FEB - Conselho Federativo Nacional - Comissões Regionais -**

**Reunião Ordinária da Comissão Regional Centro**

**A FEB na VIII Bienal do Livro**

**A farsa dos julgamentos de Jesus - II - Washington Luiz Nogueira  
Fernandes**

**Auto-de-Fé em Barcelona - Mário Frigéri**

**SEARA ESPÍRITA - FATOS EM NOTÍCIA**

**NOTA:** Aos 3 de outubro de 1804 nascia em Lyon, na França, Hippolyte Léon Denizard Rivail, sob o signo de importante missão: a codificação do Espiritismo ou Doutrina dos Espíritos, trabalho a que se consagrou totalmente, nos últimos quinze anos de sua preciosa existência. Em homenagem ao Codificador da Doutrina também chamada Terceira Revelação, REFORMADOR traz a sua capa neste mês de outubro ilustrada com a efígie do excelso missionário - Allan Kardec.

# EDITORIAL

## Liberdade com responsabilidade

A data de 5 de outubro de 1949 tem especial significação para todos os espíritistas que pugnam pela união e pela unificação do Movimento Espírita.

Nessa data memorável realizava-se a Grande Conferência Espírita do Rio de Janeiro, na sede da Federação Espírita Brasileira, na Avenida Passos, nº 30.

Essa Conferência, que ficou conhecida como “Pacto Áureo”, foi um momento de lucidez e de concórdia vivido pelos seguidores da Doutrina Espírita que detinham, na época, as maiores responsabilidades no Movimento.

Aqueles companheiros que assinaram a Ata da Conferência e os que, posteriormente, tomaram conhecimento dela e lhe apoiaram os objetivos ofereceram aos pósteros magnífico exemplo de compreensão, de entendimento, de desprendimento, de renúncia e de amor aos postulados da Doutrina.

Os que militaram nas lides espíritistas no Brasil, antes do “Pacto Áureo”, recordam quão difícil era conciliar os ensinamentos da Doutrina Consoladora com os contínuos desentendimentos, discussões e polêmicas entre seus profícuos.

Uma das conseqüências da Grande Conferência foi a criação, na FEB, do Conselho Federativo Nacional, “permanente, com a finalidade de executar, desenvolver e ampliar os planos da sua atual Organização Federativa”.

À inspiração e à sabedoria dos que souberam conciliar e congregar os espíritas devemos também a preservação do princípio da liberdade, intrínseco na Doutrina, ao estabelecerem, no item 12º da Ata: “As Sociedades componentes do Conselho Federativo Nacional são completamente independentes.”

Nos dias atuais, quando as agitações do mundo influenciam alguns companheiros, a ponto de incitá-los a cogitar de outra organização para o Movimento Espírita, convém seja lembrado que nossa Doutrina e seu Movimento podem perfeitamente beneficiar-se do progresso geral sem contudo se comprometer com os erros das Instituições mundanas.

Os objetivos do Movimento Espírita precisam atender à índole da Doutrina. Não podemos abrir mão da liberdade, com responsabilidade. Não devemos copiar organizações de outras denominações religiosas, nem organizações classistas, comerciais, industriais, etc.

É sempre bom lembrar que os “trabalhadores da última hora” têm todos os deveres do cidadão comum.

Mas a eles se acresce o dever de exemplificar o Bem, aperfeiçoando-se individualmente — nos terrenos moral, espiritual e intelectual —, contribuindo assim para a melhoria do mundo áspero em que vivemos.

# O Conselho Federativo Nacional e a Unificação do Movimento Espírita

JUVANIR BORGES DE SOUZA

Completando o Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira 48 anos de existência, desde sua criação, em 5 de outubro de 1949, com a realização da Grande Conferência Espírita no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como “Pacto Áureo”, na feliz expressão de Arthur Lins de Vasconcellos Lopes, um de seus signatários, parece-nos oportuno relembrar aquele momento de lucidez, concórdia e entendimento vivido pelos seguidores da Doutrina dos Espíritos.

Os companheiros que assinaram a célebre Ata da conferência e os que aceitaram o “Pacto” demonstraram ser perfeitamente possível vivenciar os ensinamentos da Doutrina, rejeitando-se a intransigência e o personalismo exagerado e tornando possível o trabalho útil e comum em proveito de toda a comunidade espírita e a expansão do Movimento, sem prejuízo dos princípios fundamentais da Codificação.

O “Pacto Áureo”, base para o entendimento entre as Instituições Espíritas do País do Cruzeiro, tornou possível uma nova fase de difusão do Espiritismo no Brasil, dentro do princípio da liberdade, intrínseco na Doutrina, viabilizando a convivência fraterna entre irmãos muito próximos, sem uniformização do pensamento e da ação.

Instalado e regulamentado em janeiro de 1950, o CFN vem funcionando ininterruptamente desde então, prestando inestimável serviço à causa espírita, dirimindo dúvidas, fortalecendo os laços fraternos, orientando o Movimento e recomendando normas e diretrizes para os Centros Espíritas.

## CRIAÇÃO E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

— O Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira resultou da Grande Conferência do Rio de Janeiro, de 5-10-1949, na sede da FEB, na Avenida Passos, 30, que assim dispôs, em seu item 2º: “A FEB criará um Conselho Federativo Nacional, permanente, com a finalidade de executar, desenvolver e ampliar os planos de sua atual Organização Federativa.”

— Assinaram a Ata da Grande Conferência, depois dos debates dos assuntos nela tratados, os representantes das seguintes Entidades participantes: Antônio Wantuil de Freitas, pela Federação Espírita Brasileira; Arthur Lins de Vasconcellos Lopes, por si e por Aurino Barbosa Souto, Presidente da Liga Espírita do Brasil; Francisco Spinelli, pela Comissão Executiva do Congresso Brasileiro de Unificação e pela Federação Espírita do Rio Grande do Sul; Roberto Pedro Michelena, Felisberto do Amaral Peixoto, Marcílio Cardoso de Oliveira e Jardelino Ramos, representantes também da Federação Espírita do Rio Grande do Sul; Oswaldo Mello, que lavrou a Ata, pela Federação Espírita Catarinense; João Ghignone, Presidente, e Francisco Caitani, membro do Conselho da Federação Espírita do Paraná; Pedro Camargo — Vinícius — e Carlos Jordão da Silva, pela União Social Espírita de São Paulo (USE); Bady Elias Curi e Noraldino de Mello Castro, pela União Espírita Mineira.

— Com esse acordo, o antigo Conselho Federativo da FEB, que federava diretamente os Centros Espíritas de todo o País, foi substituído pelo Conselho

Federativo Nacional, integrado pelas Federações e Uniões representativas dos Movimentos Espíritas estaduais e do Distrito Federal.

— Após a assinatura do “Pacto”, alguns de seus signatários e outros companheiros do Movimento, entre os quais Lins de Vasconcellos, Carlos Jordão da Silva, Ary Casadio, Leopoldo Machado, Francisco Spinelli e Luís Burgos Filho, constituíram a célebre “Caravana da Fraternidade”, para a tarefa de, sob sadio idealismo, levar aos Movimentos Espíritas dos Estados do Nordeste e do Norte do País o conhecimento da criação do Conselho Federativo Nacional, convidando-os a se organizarem e a participar no novo órgão.

O esforço da “Caravana” coroou-se de pleno êxito, ampliando-se consideravelmente o número das Federativas Estaduais que ingressaram no Conselho.

Atualmente, todos os Estados brasileiros têm sua representação espírita no CFN.

— Na década de 1960, realizaram-se diversos simpósios regionais de grande importância para o Movimento: Simpósio Espírita Centro-Sulino, em Curitiba (1962); Simpósio Espírita do Nordeste, em Salvador (1963); Simpósio Espírita dos Estados do Norte, em Belém (1964); Simpósio Espírita Centro-Oeste-Territórios, em Cuiabá (1965).

Encerrou-se o ciclo com o Simpósio Espírita Nacional, CFN/FEB, no Rio de Janeiro (1966).

— No início da década de 70 foram criados os Conselhos Zonais do CFN. O País foi dividido em quatro regiões — Norte, Nordeste, Centro e Sul — para o fim de se agruparem as Entidades Federativas Estaduais.

— Em 1975, por proposta da representação de S. Paulo, iniciaram-se no CFN estudos aprofundados sobre o Centro Espírita. A proposta foi analisada, aprimorada e enriquecida e finalmente aprovada pelo CFN, em novembro de 1977, sob o título “A Adequação do Centro Espírita para o Melhor Atendimento de suas Finalidades”.

— No mesmo ano de 1977, por proposta da representação do Estado do Rio de Janeiro, iniciou-se o estudo do documento “Como orientar os Centros Espíritas”, no respectivo ciclo de Zonais, que, em cerca de 30 meses, dedicou-se ao estudo do assunto, aprimorando o documento original, aprovado na Reunião do CFN de julho de 1980, com o título de “Orientação ao Centro Espírita”, obra com larga repercussão em todo o Brasil espírita e além-fronteiras.

— Ainda no ano de 1977, foi lançada a Campanha de Evangelização Espírita da Infância e da Juventude, que se transformaria em Campanha Permanente e alcançaria todo o território brasileiro, com enorme repercussão no Movimento Espírita.

— A década de 80 inicia-se sob a égide da Unificação, com proposta da representação de São Paulo, estudada e aperfeiçoada pelas demais representações e que resultou no documento “Diretrizes da Dinamização das Atividades Espíritas”, aprovado pelo CFN em novembro de 1983, que norteia o trabalho de unificação do Movimento Espírita brasileiro.

— A Campanha do Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita foi lançada pelo CFN/FEB em 1983.

Não é necessário ressaltar a importância dessa iniciativa, tal a sua aceitação por todo o Movimento e tais os resultados positivos proporcionados por essa forma de estudo da Doutrina Espírita.

— O “Manual de Administração das Instituições Espíritas” foi outra publicação de comprovada utilidade, examinada e aperfeiçoada pelo CFN,

relacionada com as atividades administrativas dos Centros Espíritas. Foi aprovado em 1984.

Sua publicação inicial e sucessivas reedições, com as atualizações necessárias, em decorrência da própria legislação, foi delegada à União das Sociedades Espíritas do Estado do Rio de Janeiro (USEERJ), que cuida de sua distribuição.

— No ano de 1985, os Conselhos Zonais que vinham funcionando desde o início da década de 70, foram transformados pelo CFN em Comissões Regionais, ratificadas as quatro regiões do País.

As Comissões Regionais instalaram-se em 1986 (Sul) e 1987 (as demais Regiões) e caracterizam-se por serem desdobramentos do próprio CFN.

Nelas, as Entidades Estaduais de cada Região encontram o espaço natural para a confraternização e para o estudo conjunto dos assuntos por elas mesmas escolhidos, com a troca de informações, de experiências, de programas de trabalho e da ajuda mútua.

A partir de 1990, as Comissões ampliaram sua ação, com o desdobramento de seus trabalhos e estudos por vários setores da ação espírita — Evangelização da Infância e Juventude, Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, Comunicação Social Espírita, Assistência e Promoção Social Espírita e, mais recentemente, o Estudo e a Prática da Mediunidade.

— Foram também lançadas pelo CFN, na década de 90, as Campanhas “Em Defesa da Vida”, “Viver em Família” e “Divulgação do Espiritismo”, todas em andamento satisfatório, até mesmo com repercussão nos Movimentos Espíritas de vários países.

— Para o final da década, o CFN já aprovou, em novembro de 1996, a realização em outubro de 1999 do 1º Congresso Espírita Brasileiro, coincidindo sua realização com o cinquentenário do “Pacto Áureo”.

## **ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**

— Instalado em janeiro de 1950, com a representação das Entidades Federativas de dez Estados brasileiros — Rio Grande do Norte, Paraíba, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal (antiga Capital da República), São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o CFN da FEB é hoje integrado pelas representações dos vinte e seis Estados brasileiros e pelo atual Distrito Federal.

Além das Entidades Federativas estaduais, integram o CFN três Entidades Especializadas de âmbito nacional — Cruzada dos Militares Espíritas, Instituto de Cultura Espírita do Brasil e Associação Brasileira de Divulgadores do Espiritismo.

Todas essas Entidades são independentes e autônomas, vinculadas pelos fins comuns estabelecidos na Doutrina Espírita e reafirmados no “Pacto Áureo”.

— As Entidades Federativas integrantes do CFN congregam os Centros e Sociedades Espíritas sediados em seus respectivos Estados, os quais, por sua vez, em determinadas Unidades Federativas, compõem órgãos de unificação locais e regionais.

As Entidades Especializadas de âmbito nacional têm seus órgãos e representações nos Estados.

O Conselho Federativo Nacional reúne-se uma vez por ano, ordinariamente, durante três dias, na sede da FEB, em Brasília, para tratar dos assuntos do Movimento Espírita organizado, de conformidade com pauta de

trabalhos previamente enviada a todas as representações com assento no Conselho.

O Conselho pode reunir-se extraordinariamente, desde que convocado por seu Presidente, para tratar de assunto que justifique sua convocação.

— As Entidades Federativas que compõem o CFN deliberam em condições de igualdade, independentemente do número de Instituições Espíritas que as integram ou da situação econômica de que desfrutam.

— O CFN é presidido pelo Presidente da FEB, por determinação do “Pacto Áureo”.

— Todos os assuntos tratados no CFN estão sempre relacionados com o estudo, a difusão e a prática da Doutrina Espírita.

O objetivo permanente do CFN é o de promover a união dos espíritas e a unificação do Movimento Espírita.

## **DIRETRIZES GERAIS**

— O trabalho de unificação do Movimento Espírita realizado pelo CFN/FEB tem, como base doutrinária, os princípios da doutrina Espírita revelados pelos Espíritos Superiores e contidos nas obras de Allan Kardec, que constituem a Codificação Espírita: “O Livro dos Espíritos”, “O Livro dos Médiuns”, “O Evangelho segundo o Espiritismo”, “O Céu e o Inferno” e “A Gênese”.

— Considera o Espiritismo como o Consolador prometido, que veio, no devido tempo, recordar e complementar o que Jesus ensinou restabelecendo todas as coisas no seu verdadeiro sentido, trazendo, assim, à Humanidade, as bases reais para sua espiritualização.

— Compreende a Doutrina Espírita em toda a sua abrangência, já que toca em todas as áreas do conhecimento, das atividades e do comportamento humanos, e promove o seu estudo, a sua difusão e a sua prática em todos os aspectos fundamentais da vida, tais como: científico, filosófico, religioso, ético, moral, educacional e social.

— O trabalho de unificação do Movimento Espírita realizado pelo CFN tem como princípios básicos e fundamentais o total respeito e o permanente estímulo à prática da fraternidade, liberdade e responsabilidade que a Doutrina Espírita preconiza, assim como o reconhecimento da autonomia administrativa das Instituições que dele participam.

— Caracteriza-se esse trabalho do CFN por oferecer soluções sem exigir compensações, ajudar sem criar condicionamentos, expor sem impor resultados e unir sem tolher iniciativas, respeitando os valores e as características próprias dos homens e das Instituições que o compõem.

— A integração e a participação das Instituições Espíritas no trabalho de unificação realizado pelo CFN são sempre voluntárias e conscientes, com pleno respeito à autonomia de que desfrutam dentro dos princípios fundamentais da Doutrina Espírita.

— Os programas de colaboração e apoio oferecidos às atividades doutrinárias das Instituições Espíritas não têm aplicação obrigatória e são colocados à sua disposição como subsídio ao trabalho por elas desenvolvido. Dentro destes princípios, a FEB torna disponíveis aos núcleos espíritas programas de estudo elaborados com base nas obras da Codificação Kardequiana e nas que, seguindo as suas diretrizes lhe são complementares e subsidiárias.

— O trabalho de unificação do Movimento Espírita realizado pelo CFN tem por principal objetivo recomendar, promover, estimular e facilitar o estudo metódico, constante e aprofundado das obras de Allan Kardec, enfatizando as bases em que a Doutrina Espírita se assenta e propiciando ao homem o seu amadurecimento cultural e espiritual, pela conquista desses novos conhecimentos que lhe permitem saber o que é, de onde veio, para onde vai e qual o objetivo da existência humana.

— Observa-se que as Instituições Espíritas que têm suas atividades doutrinárias assentadas nas obras básicas da Codificação Kardequiana, e que se utilizam, também, de outras obras, além destas, para estudo, análise, pesquisa e comparação, fazem-no dentro de sua exclusiva responsabilidade e praticam o natural direito que têm de ampliar e aprofundar o conhecimento doutrinário, não representando, este procedimento, nenhum desvio com relação ao trabalho de unificação, desde que a diretriz básica doutrinária espírita, acima referida, seja preservada.

— Todas as atividades de unificação do Movimento Espírita têm por objetivo maior colocar, com simplicidade e clareza, a mensagem consoladora e orientadora da Doutrina Espírita ao alcance e a serviço de todos, principalmente dos mais simples e dos que mais necessitam, por meio do estudo, da oração e do trabalho, e através da união, do fortalecimento e do aprimoramento das sociedades espíritas.

— O trabalho de unificação do Movimento Espírita reconhece a todos os que dele participam o natural direito à liberdade de pensar, de criar e de agir que a Doutrina Espírita preconiza.

— As Entidades Espíritas que compõem o CFN aceitam a integração e participação em seus trabalhos de todas as Instituições Espíritas que tenham por objetivo o estudo, a difusão e a prática da Doutrina Espírita com base nas obras de Allan Kardec. E a tarefa principal do trabalho de unificação consiste em colaborar com essas Instituições para que possam alcançar os seus fins, aprimorando permanentemente as suas atividades e mantendo as suas realizações dentro dos princípios doutrinários.

— O CFN, consciente da importância da união de todos os espíritas e das sociedades espíritas para o fortalecimento e o aprimoramento das atividades de difusão da Doutrina, trabalha no sentido de propiciar a todas as Instituições Espíritas a oportunidade de integração e participação em suas atividades de unificação do Movimento Espírita organizado. Respeita, todavia, o natural direito que algumas Instituições Espíritas têm de desenvolver suas atividades desvinculadas das atividades federativas, sem que isso represente qualquer forma de antagonismo ou de marginalidade no Movimento Espírita, desde que sejam respeitados os princípios básicos da Doutrina e o relacionamento fraterno indispensável.

— O CFN reconhece que a unificação do Movimento Espírita depende da união fraterna e solidária das Instituições Espíritas, e que estas, por sua vez, dependem do exercício, vivido e praticado, do amor fraterno e solidário entre os espíritas.

— Todas as Instituições Espíritas, sediadas no território nacional, que desenvolvem suas atividades dentro dos princípios básicos da Doutrina Espírita contidos nas obras da Codificação Kardequiana estão, naturalmente, aptas a participar do esforço de unificação do Movimento Espírita, em trabalho de apoio recíproco e solidário.

— O CFN é responsável pela unificação do Movimento Espírita em todo o território nacional e procura estabelecer os vínculos da união fraterna,

voluntária, consciente e operosa com todas as Instituições Espíritas nele sediadas. Esta tarefa é partilhada com as Entidades Federativas Estaduais, membros integrantes do CFN, que têm a mesma responsabilidade no que diz respeito aos seus respectivos territórios.

— A diretriz do trabalho de unificação do Movimento Espírita realizado pelo CFN procura refletir, na sua prática, a moral do Evangelho de Jesus à luz da Doutrina Espírita e a orientação dos Espíritos responsáveis pela elaboração da Codificação Espírita. Entretanto, como trabalho humano, o CFN não tem a veleidade de considerar-se isento de imperfeições, corrigíveis no tempo. Assim, a execução de suas tarefas depende do esforço e da boa vontade dos espíritas, na superação das limitações que nos são próprias, e no estabelecimento da união fraterna e solidária entre todos os companheiros de ideal, fundamental para a edificação de uma nova era para a Humanidade, objetivo maior dos Orientadores Espirituais ao revelarem a Doutrina Espírita aos homens.



“Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros”, assevera-nos Jesus. E o Espírito de Verdade observa: “ Ditosos os que hajam dito a seus irmãos: 'Trabalhemos juntos e unamos os nossos esforços, a fim de que o Senhor, ao chegar, encontre acabada a obra', porquanto o Senhor lhes dirá: 'Vinde a mim, vós que sois bons servidores, vós que soubestes impor silêncio aos vossos ciúmes e às vossas discórdias, a fim de que daí não viesse dano para a obra!' ” (“O Evangelho segundo o Espiritismo” — Cap. XX, item 5.)

Brasília, outubro de 1997.

**JUVANIR BORGES DE SOUZA**  
**Presidente da**  
**Federação Espírita Brasileira**  
-//.-

# ESPÍRITAS! COM JESUS, SEMPRE!

Ismael Ramos das Neves

No texto bíblico, encontramos a recomendação do Senhor Jesus aos seus discípulos: “Ide e pregai! Em Meu nome, curareis os doentes e expulsareis os maus Espíritos; e, se beberdes alguma água mortífera, nenhum mal vos fará. “ A palavra do Divino Mestre é muito clara: identifica aqueles que realmente estão integrados na sementeira do Evangelho. O Meigo Rabi da Galiléia deixou, com suas palavras, bem caracterizada a responsabilidade de seus seguidores intemoratos! Para seguir ao Celeste Amigo, não basta o esforço cultural de transmitir a exegese bíblica, mas, de igual modo, é necessário que o servidor da Boa Nova exemplifique a caridade, distribuindo o pão que atende às necessidades do corpo físico, e, em Seu nome, curando os doentes; e, ainda, numa demonstração inequívoca da identificação com o apostolado mediúnico, expulsando os maus Espíritos. É por isso que os elevados mentores espirituais que, sob a supervisão do Senhor Jesus, promovem a divulgação do Espiritismo na Terra recomendam sempre que os espiritistas devem estar atentos à responsabilidade de o Movimento Espiritista permanecer sempre integrado com o ideal de Nosso Senhor Jesus Cristo! (O Espírito Emmanuel, através do “médium Francisco Cândido Xavier, no livro “O Consolador”, explica que a direção das atividades espíritas na Terra está nas mãos do Divino Mestre.)

Valorizamos o esforço da pesquisa científica em autenticar a comunicabilidade dos Espíritos, apresentando subsídios maravilhosos da fenomenologia mediúnica. Enalteçemos o trabalho de interpretação doutrinária das mensagens filosóficas que os estudiosos da filosofia spiritista oferecem para explicar a origem e a natureza dos Espíritos e para apresentar à Humanidade a lógica dos ensinamentos trazidos por Allan Kardec, demonstrando a justiça de Deus, manifesta nos mecanismos da Reencarnação. Realmente, a Doutrina Espírita, revelada pelos Espíritos Superiores e codificada por Allan Kardec, descerra ao pensamento humano uma visão mais ampla acerca de Deus, demonstra a autenticidade dos fenômenos mediúnicos e da imortalidade da alma, constituindo-se, por outro lado, a mensagem consoladora, ao demonstrar a razão de ser de nossos sofrimentos, em cumprimento da promessa do Divino Mestre de que nos enviaria o Consolador.

É preciso, portanto, que nós, os adeptos do espiritismo, estejamos atentos ao compromisso de nossa integração com Jesus de Nazaré. A força do Movimento Espírita não depende da influência econômica nem das injunções políticas. Por outro lado, o Movimento Espírita não tem sacerdócio organizado nem cobra taxas de remuneração pelos serviços que executa e, em nenhuma hipótese, o Movimento Espírita pode admitir o profissionalismo religioso. Sempre que há necessidade de recursos financeiros, as sociedades espíritas contam com as doações espontâneas, sem que haja necessidade de estabelecer tributos obrigatórios às pessoas que buscam os Centros Espíritas. Convém destacar, ainda, que o Movimento Espírita, genuinamente, embora destaque o esforço da pesquisa científica e do estudo da Doutrina Espírita, não estabelece quaisquer formas de elitização. Todos, sem distinção de classe social ou econômica, podem receber a mensagem que flui da Espiritualidade Vitoriosa, seja através das páginas psicografadas, da pregação doutrinária, seja através dos meios de comunicação ao alcance do nosso ideal.

Sem quaisquer preocupações de estabelecer polêmicas nem de demonstrar pontos de vista pessoais, nosso apelo é no sentido de que as

Instituições Espíritas continuem a sua marcha gloriosa, identificadas com o ideal do Evangelho, porque, como nos diz o Espírito Emmanuel, através do médium Francisco Cândido Xavier, “o nome de Jesus está empenhado em nossas mãos”.

Registramos, com alegria, o esplendor da obra do Espiritismo no Brasil, profundamente identificada com a recomendação da Boa Nova da Imortalidade, em razão do que milhares de casas espiritistas permanecem de portas abertas para receber a multidão dos sofredores, que lhes buscam a mensagem consoladora e o refrigério para suas dores.

Irmãos de ideal espiritista! Jesus é o sol de nossas vidas! Embora as inquietações que ainda se tornam tão evidentes nos campos social, político e econômico de nosso País, guardemos a certeza de que esta Pátria augusta e forte, em cujo céu, segundo as palavras textuais de Humberto de Campos, “resplandece um cruz de estrelas” e que tem o nome de Brasil, é o Coração do Mundo, e representa, no limiar do milênio que se aproxima, a grande esperança da Humanidade.

Permaneçamos em nossos postos de serviço, na retaguarda sombria das dores humanas, guardando a certeza de que, na vanguarda luminosa de nossas vidas, socorrendo os sofredores, de mãos estendidas para nós, permanece a bendita falange desfraldando a bandeira onde se lê, em letras de luz: “Deus, Cristo e Caridade”!

- // -

# EXERCITANDO O EVANGELHO

## A PORTA PARA A VIDA

Inaldo Lacerda Lima

“Entrai pela porta estreita, pois que larga é a porta e espaçoso o caminho que levam à perdição.” Jesus. (MATEUS, 7:13.)

**A**brimos as sagradas Escrituras, desde o Gênesis ao Apocalipse, e encontramos efetivamente um vasto repositório de profundos ensinamentos, ameaças e advertências. Mas encontramos, também, relatos e poemas que, sinceramente, nunca saberemos por que ali foram colocados, o que deixamos por conta dos estudiosos e pesquisadores.

Para o professor, ex-padre e filósofo brasileiro Humberto Rohden, que estudou profundamente a Bíblia e nos brindou com uma magnífica tradução do texto original grego, com as variantes da Vulgata, do Novo Testamento. Costumava ele dizer, entre amigos: o Antigo Testamento é letra morta, ultrapassada, e guarda apenas um valor histórico indispensável ao conhecimento e à cultura.

Assim nos falou ele, certa feita, na cidade de João Pessoa, no hotel de Da. Rosália, em que se hospedara e onde o fomos encontrar numa roda de religiosos e intelectuais da época. No dia anterior, 19 de julho de 1955, proferira ele magnífica conferência na sede da Federação Espírita Paraibana. E foram as palavras e conceitos do Prof. Rohden que nos encorajaram, então, a uma leitura completa do Velho e do Novo Testamentos, como, ainda, a leitura de todos os livros do já famoso filósofo.

Na continuidade de nossos estudos espíritas, fizemos a leitura meditativa de “O Evangelho segundo o Espiritismo”, das obras publicadas até agora pelo sábio Espírito Emmanuel, o estudo criterioso dos clássicos e a leitura sempre repetida de “Os Quatro Evangelhos”. (Edição FEB).

Diante, portanto, de todo esse manancial maravilhoso de estudo, pesquisas e reflexões formamos a convicção plena e inamovível de que o Evangelho trazido a este planeta por Jesus, seu Governador e Guia, é realmente a porta para a vida. Suas palavras são inconfundíveis e de uma seriedade que toca o Infinito: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” (João, 14, v.6).

É insofismável a maneira de falar do Cristo, seja nas narrações dos evangelistas que estiveram ao seu lado no apostolado, seja nas que nos foram oferecidas por Lucas e Marcos. É o que nos leva a considerar perdoável a confusão de clérigos, pastores e teólogos em considerá-lo o próprio Deus.

Já tentamos fazer comparações entre a linguagem do Cristo e tudo o mais que se contém nas letras do Antigo Testamento. Não há comparação possível de sua maneira de expressar-se com a de qualquer profeta da Bíblia, nem mesmo com João Batista, “que era o maior dentre os que de mulher fossem nascidos!...”

E o que destaca o Cristo, o que o torna diferente? A sua autoridade! que levou Nicodemos a admirar-se tanto: “Rabi, bem sabemos que és Mestre, vindo da parte de Deus; porque ninguém pode fazer estes sinais que tu fazes, se Deus não for com ele (João, 3, v.2).

Era a autoridade de Jesus que o tornava diferente, especial e, sobretudo, respeitado e temido. Respeitado pelos simples e sofredores, temido pelos falsos sacerdotes, fariseus e escribas.

O Cristo nos veio a mando do Pai trazer a porta para a vida àqueles que, para isso, se colocaram em condições, procurando seguir os seus ensinamentos, adaptando-se a um novo modo de ser. Sua missão não era impor, mas lançar a semente na alma da Humanidade, e teria que aguardar que ela fecundasse e produzisse frutos. É o que nos revela a parábola do semeador (Marcos, 4: 1-20): somente uma pequena parte cairia em terra boa.

A sementeira é o mundo e envolve diversas épocas. No caso do Cristianismo, já lá se vão vinte séculos, o que nos confirma que a evolução é processo lento que se manifesta na ordem física e espiritual, requerendo no homem aprendizagem por amadurecimento e reforma moral por experiência e conscientização, até atingir um estado satisfatório de depuração e aperfeiçoamento.

Consoante ilações que nos permite tirar o Espiritismo, o período de expiações e provas parece provir de eras remotas até os nossos dias. E quando a seara já se encontrava próxima da hora da colheita, eis que nos envia o Espírito de Verdade ou Consolador que ele prometera.

Sabendo o plenipotenciário divino que o Espiritismo não seria aceito por todos, mormente por aqueles que amadurecidos já se encontravam para compreendê-lo, mas que relutariam porque presos a dogmas e princípios inconsistentes, fez com que uma parte — a semente caída em terreno bom! — não por privilégio, mas por maturação psíquica, assumisse com humildade (e só vale com humildade) a função ou papel de trabalhadores da última hora, e franqueou-lhes a porta para a vida à luz do Evangelho. São indubitavelmente os espíritas que alcançaram certa condição de associar à prática da Doutrina-luz a humildade.

A porta para a vida são os ensinamentos que nos trouxe da parte do Pai e em função dos quais foi sacrificado pelos homens que detinham o poder. O poder dos homens, pelo qual eles se perdem, é sempre recheado de vaidade e orgulho, atributos da alma imperfeita, que fecundam enquanto existe o egoísmo que os desfigura e escraviza.

O período de mundo primitivo foi o mais longo da História, pois deve ter envolvido a integração do homem na Natureza, sua preparação para a vida social em agrupamentos instáveis, infância e adolescência.

O novo período que se seguirá a partir do final deste milênio poderá ser o da regeneração da Humanidade nas pessoas daqueles que, aqui, num orbe em renovação, mereçam permanecer.

O dragão, representado pela treva das paixões, da ignorância e do ódio, deverá ser lançado no abismo por mil anos, conforme nos previne o Apocalipse em seu capítulo XX, versículo 2. Reiniciar-se-á, então, o reinado do Evangelho, com a herança da Terra aos bem-aventurados do Sermão da Montanha.

Eis aí, companheiros e irmãos, exercitando do Evangelho, a porta que está sendo adentrada pelos que aceitamos permanecer fiéis a serviço do Senhor, na conformidade do capítulo XX de “O Evangelho segundo o Espiritismo” a que nos temos referido bastante em outras partes deste estudo.

Atentemos nos conceitos aqui transcritos desse profético e sublimado capítulo XX da terceira obra da Codificação. Não os comentaremos. Deixemos isso aos cuidados de nossos leitores.

Assegura-nos o Espírito Constantino (Bordéus, 1863):

“Bons espíritas, meus bem-amados, sois todos obreiros da última hora.”

Revela-nos o Espírito Henri Heine (Paris, 1863):

“(...) e, finalmente, pelos espíritas. Estes, que por último vieram, foram anunciados e preditos desde a aurora do advento do Messias e receberão a mesma recompensa. Que digo? recompensa maior.”

Adverte-nos, carinhosamente, o Espírito Erasto (Paris, 1863):

“(...) novos apóstolos da crença revelada pelas proféticas vozes superiores, ides pregar o novo dogma da reencarnação e da elevação dos Espíritos. (...)”

Ó verdadeiros adeptos do Espiritismo!... sois os escolhidos de Deus! Ide e pregai a palavra divina. (...)”

“Marcha, pois, avante, falange imponente pela tua fé! Diante de ti os grandes batalhões dos incrédulos se dissiparão (...).”

Finalmente, eis como nos fala o Espírito de Verdade (Paris, 1862):

“Aproxima-se o tempo em que se cumprirão as coisas anunciadas para a transformação da Humanidade. Ditosos serão os que houverem trabalhado no campo do Senhor, com desinteresse e sem outro móvel, senão a caridade! (...) Mas, ai daqueles que, por efeito das suas dissensões, houverem retardado a hora da colheita, pois a tempestade virá e eles serão levados no turbilhão! “

Antes de concluirmos esta penúltima parte destas reflexões pedagógicas em torno de uma porta para a vida superior, meditemos ainda sobre algumas sentenças do Espírito de Verdade dirigidas aos espíritas, destacando esta que todo trabalhador da seara conhece e sabe de cor (capítulo VI da referida obra):

“Espíritas! amai-vos, este o primeiro ensinamento; instruí-vos, este o segundo.”

Mais adiante, na mensagem seguinte (Paris, 1861):

“(...) Vossas almas, porém, não estão esquecidas; e eu, o jardineiro divino, as cultivo no silêncio dos vossos pensamentos.”

E, na última mensagem (Havre, 1863):

“Tomai, pois, por divisa estas duas palavras: devotamento e abnegação, e sereis fortes, porque elas resumem todos os deveres que a caridade e a humildade vos impõem.”

Dissemos que nos isentariamos de qualquer comentário a esses pensamentos de tão elevados emissários de Deus. Mas não podemos sopitar o desejo de uma indagação, uma apenas:

**Que é que torna tão difícil para os espíritas, em sua generalidade, a unificação que há tanto tempo, desde Allan Kardec, o mundo maior nos pede?**

Escreve o Codificador Allan Kardec, já no final do item 4 do capítulo XVII de “O Evangelho segundo o Espiritismo”, essas palavras grifadas por ele mesmo:

“Reconhece-se o verdadeiro espírita pela sua transformação moral e pelos esforços que emprega para domar suas inclinações más.”

Pedagogicamente, empregar esforços para domar nossas inclinações más é não dar reforço àqueles hábitos que nos têm conduzido a fracassos senão a quedas desastrosas no caminho de nosso progresso ou aperfeiçoamento moral.

Para isso e nisso o Evangelho constitui realmente a porta segura de nossa redenção. Estudá-lo em profundidade e aplicá-lo em todas as ocasiões em que pesarem contra nós as forças impulsivas do hábito malsão, é recurso verdadeiramente superior e infalível.

Para que o espírita seja realmente obreiro de que o Cristo de Deus deva utilizar-se em favor de sua obra, é indispensável que se mantenha integrado no Bem numa interação fecunda de devotamento e abnegação com os Espíritos Superiores, conforme nos conclama o Espírito de Verdade.

Para isso, preciso é abster-se o espírita consciente de todo e qualquer estado de mágoa ou ressentimento contra quem quer que seja, ou estará pela própria consciência impedido de penetrar a porta que conduz à vida espiritual superior. Não há meio termo. Se meio termo houvesse, as vozes do Céu no-lo demonstrariam. Por sua vez, o tempo urge, ele que esteve à nossa disposição por séculos e séculos.

Cumpramos agradecer a atenção que os bondosos e pacientes leitores nos dispensaram durante a leitura desses trabalhos que, num esforço de pesquisas e reflexões, à luz do Evangelho, inspirado nos sentimentos em oferecer-lhes...

- // -

# A "química do amor" explicaria tudo?

Vitor Ronaldo Costa

“Duas espécies há de afeição: a do corpo e a da alma, acontecendo com freqüência tomar-se uma pela outra.” (“O Livro dos Espíritos”, questão 939.)

Recentemente, a imprensa veiculou notícia curiosa a respeito da última reunião anual da Associação Americana para o Avanço da Ciência. De acordo com a nota, os pesquisadores americanos dedicados ao estudo dos aspectos evolutivos do amor, após muito debate, chegaram a surpreendentes conclusões, por exemplo: a paixão é um sentimento controlado por substâncias químicas; o casamento tende a se desmanchar e a se reconstruir várias vezes na dependência da flutuação de tais substâncias; e o divórcio pode ser um importante artifício no sentido de fortalecer a espécie.

De acordo com os cientistas as atitudes tomadas no movediço terreno das paixões humanas resultariam da interação de alguns fatores, entre os quais se destacam as influências culturais, o meio ambiente e a participação dos hormônios responsáveis pela indução das manifestações psico-afetivas.

Salienta a reportagem que, na qualidade de estudiosa do comportamento humano, a antropóloga Helen Fisher, integrante do conclave, parte do seguinte pressuposto: nos seres mamíferos três são as manifestações emotivas relacionadas com o romantismo amoroso — o desejo, a atração e o vínculo. O **desejo** relaciona-se com a necessidade de satisfazer o instinto sexual, é um impulso considerado básico, porquanto permite a multiplicação e perpetuação da espécie. O desejo por sua vez, seria secundado pelo mecanismo de **atração**, forma pela qual o ser manifesta o interesse preferencial por um determinado parceiro e tenta conquistá-lo através de um envolvente jogo de sedução. E finalmente ter-se-ia o estabelecimento do **vínculo** afetivo entre os personagens envolvidos, vínculo este alicerçado em bases amorosas, permitindo ao casal a permanência duradoura de um ao lado do outro, com a finalidade de estruturar a família, procriar e educar os filhos.

O interessante no debate acontecido e que serviu de convite à nossa reflexão foi o fato de alguns cientistas tentarem explicar certos fenômenos de ordem transcendental, no caso, a afeição e o amor, sentimentos de gênese puramente espiritual, através de conceituações biológicas, quando mereceriam uma análise bem mais circunstanciada à luz das propostas ofertadas pelo paradigma espírita.

Para melhor nos situarmos vejamos agora algumas questões discutidas e divulgadas nas conclusões do citado encontro:

1 — Existe uma relação de causa e efeito entre o amor romântico e a presença de mediadores químicos no organismo humano. Estes últimos intermediariam o estímulo da atração sexual e o desabrochar do sentimento amoroso;

2 — com o passar do tempo ocorre invariavelmente o desgaste do amor existente entre o casal, em virtude do esgotamento dos tais hormônios específicos ou em conseqüência da adaptação dos neurônios aos agentes químicos estimulantes da paixão; e,

3 — finalmente, a tendência do indivíduo em sentir-se compelido ao estabelecimento de consecutivos relacionamentos monogâmicos durante a sua experiência terrena, atendendo às necessidades evolutivas de ampliar-se a variedade genética da espécie...



Bem sabemos nós espíritas que o homem encarnado é a resultante da interação energética entre a alma, o perispírito e o corpo físico, e que, portanto, todo o impulso espiritual para manifestar-se na matéria densa deve estar subordinado às leis que regem os ditos fenômenos materiais, e que, em última análise, dependem do refinado metabolismo dos neurotransmissores e substâncias outras, muitas das quais ainda desconhecias dos cientistas. Por isso não descartamos a possibilidade de que os fenômenos afetivos, gerenciados pelo **espírito**, sejam traduzidos e complementados no âmbito do organismo físico pela participação de toda uma química especialmente sofisticada, se bem que só o futuro das pesquisas confirmará ou não tal hipótese.

É preciso, contudo, entender-se que os envoltórios sentimentais consolidados na crosta costumam responder aos apelos da afeição recíproca entre almas vinculadas pelos laços da afinidade duradoura, ou expressam ligações compulsórias de Espíritos em débito, porém necessitados de novas oportunidades redentoras, visando ao reequilíbrio de seus sentimentos, tudo com base nas exigências da Lei de Ação e Reação. Logo, o assunto, como se pode deduzir, é bem mais complexo do que imaginam os pesquisadores de formação materialista.

De fato, a organização familiar, se analisada sob a ótica espírita, comporta-se à feição de um verdadeiro laboratório experimental a serviço das necessidades espirituais de seus integrantes e, no nosso entendimento, os laços matrimoniais jamais se concretizam ao sabor do acaso, ou em decorrência de impulsos biológicos sugeridos pela bioquímica corporal. Tal idéia não passa de pura concepção materialista.

Os seres atraídos por este doce e misterioso sentimento a que denominamos **amor** subordinam-se, em verdade, à influência de forças poderosas que atuam patrocinando o **reencontro** de almas vinculadas por compromissos pretéritos perdidos na poeira dos tempos. Objetiva a Providência Divina, em boa parcela dos casos, o reajuste dos campos vibratórios de Espíritos em desarmonia, pelo exercício da convivência equilibrada, do carinho mutuamente dispensado e do respeito vivenciado entre ambos, tudo em cumprimento de determinações pré-reencarnatórias referendadas nos planos espirituais.

São estes os mecanismos que, em princípio, nos facultam encontrar, em meio a multidão, o par ideal, muito embora as precipitações motivadas pelos excessos sexuais e paixões descontroladas se responsabilizem por tantos enganos e decepções afetivas.

O segundo e o terceiro itens, acima citados, definem, a nosso ver, propostas tão inconsistentes quanto incompatíveis com a realidade dos fatos. Afirmar que o amor tende a se esgotar obrigatoriamente com o passar dos anos é o mesmo que estimular as criaturas a consecutivos relacionamentos extraconjugais. E o hilariante disto tudo é pretender-se imputar a responsabilidade dos fatos, simplesmente, ao metabolismo das tais substâncias químicas, desprezando-se, contudo, a participação da essência do ser — a alma humana —, a parte mais importante a ser considerada quando se pretende analisar as causas sutis dos mecanismos afetivos.

**“Cumpra não esqueça de que é o Espírito quem ama e não o corpo”**, assim esclarece a questão 939 de “O Livro dos Espíritos”.

Diante da tese materialista ficaríamos, então, nós, seres que nos caracterizamos pelo usufruto da consciência, do juízo crítico e do senso de moralidade, à mercê dos caprichos engendrados pela inconseqüente química do amor.

Todavia, em contraposição ao pressuposto sustentado, apontaríamos ainda os milhões de casamentos duradouros encontrados no mundo todo, evidência de que o amor decorre, sobretudo, dos impulsos afetivos emergentes dos fulcros espirituais.

Quanto à fidelidade a ser respeitada pelo casal, ela vai depender dos recursos educativos assimilados pelos seres, dos costumes vigentes em determinadas regiões e, enfim, do próprio estágio evolutivo em que se situa o Espírito. Observe-se que o senso moral dita as regras do comportamento sexual e da fidelidade, e a moral é um atributo específico da alma e jamais uma decorrência de reações químicas periféricas restritas ao componente orgânico do ser.

Os contraditores das teses em questão, conforme se observa na reportagem jornalística, levantam a seguinte objeção: “Tal escola de pensamento não representa uma verdade absoluta, mas apenas a resposta oportunista adotada pela ciência para justificar a epidemia de divórcios que se alastra pelos Estados Unidos”.

Percebe-se claramente, da discussão em pauta, o quanto uma ciência tendenciosa e descompromissada com a ética evangélica pode influenciar negativamente o comportamento social como um todo.

No dia em que o academicismo mundano defrontar-se com a realidade do Espírito imortal, e assimilar a consistente massa de conhecimentos proporcionados pela Doutrina dos Espíritos, certamente, a antropologia assumirá uma posição de destaque no contexto universitário e os estudiosos do psiquismo disporão de uma inesgotável fonte de pesquisas capaz de lhes permitir a compreensão das atitudes infelizes ainda cultivadas pelo gênero humano, bem como das providências educativas a serem propiciadas em bases evangélicas, assim como nos sugeriu o **Sublime Terapeuta**.

- // -

# VISÃO DIFERENTE

Richard Simonetti

“Deus é a inteligência suprema e causa primária de todas as coisas. É eterno, imutável, imaterial, único, onipotente, soberanamente justo e bom. (Folheto institucional da Campanha Espiritismo, uma Nova Era para a Humanidade, da FEB.)”

Recente pesquisa encomendada pela Revista Veja (edição 1.489, de 2 de abril de 1997), revela que 99% da população brasileira acredita em Deus.

Como os adúlteros, os assassinos, os assaltantes, os desonestos, os egoístas, os maledicentes, os mentirosos, os prepotentes, os violentos, os agressivos, todos os que se comprometem com o mal, constituem bem mais de um por cento da população, chegamos à conclusão de que essa gente toda é o que é, não obstante acreditar em Deus.

É espantoso, porquanto a crença num poder supremo que nos criou, que nos governa, que nos vê, que julga nossas ações, impondo-nos castigos ou recompensas é, teoricamente, a grande disciplinadora do comportamento humano.

Isso não é novidade.

Já em sua epístola universal, o apóstolo Tiago diz (capítulo II, vers. 19) que o diabo (o Espírito mau) também crê em Deus, e até treme.

Nem por isso deixa de fazer diabruras.

É fácil entender o porquê dessa contradição. A presença de Deus no Universo é algo muito vago para o homem comum, às voltas com seus problemas e interesses.

A própria Justiça Divina, tão decantada pelas religiões, não o impressiona suficientemente, a ponto de conter seus impulsos desajustados.

É como o motorista que tem conhecimento da existência de um código de trânsito. Sabe que há muitas pesadas para os infratores, mas não se sensibiliza. A fiscalização é precária, distante...

Pior tem acontecido ao longo da História.

Gente esperta, que diz acreditar em Deus, serve-se dele para satisfazer suas ambições e desejos.

Em nome de Deus, guerreiros e religiosos vêm produzindo estragos imensos.

Já no tempo de Moisés, em nome de Deus, os judeus passavam a fio de espada, em terra inimiga, tudo o que tivesse vida, homens e mulheres, velhos e moços, aves e animais...

Durante a Idade Média, em nome de Deus, inquisidores mandavam para a fogueira pessoas que se atreviam a contestar seus interesses.

Nas Cruzadas, em nome de Deus, os cristãos da Europa dizimaram populações imensas, com a piedosa intenção de libertar o solo sagrado da Palestina.

Ainda hoje, em nome de Deus, fanáticos promovem banhos de sangue em várias regiões do Mundo.

Devemos isso às religiões que quase sempre cultuam concepções antropomórficas de Deus.

Um Deus à imagem e semelhança do homem, como um soberano celeste a governar o universo, com algo das paixões e limitações que caracterizam o comportamento humano.

Um Deus tão impotente e limitado que, em determinado momento, como está na Bíblia, arrependeu-se de ter criado o homem e até pensou em acabar com a raça humana.

Deus está morto — proclamou o filósofo Nietzsche.

Referia-se ao deus pessoal, antropomórfico, o soberano celeste distante e inacessível.

Por isso as pessoas acreditam em Deus — isso é intrínseco no Homem, o sentimento do filho que intuitivamente admite a existência do pai que o gerou — mas não conseguem viver como seus filhos.

Falta-lhes esclarecimento e motivação, totalmente ausentes nas fantasias que lhes são oferecidas.

Em face dessa precariedade de idéias, muitos se desesperam e perdem a fé na Providência Divina, ao enfrentarem tragédias pessoais, que envolvem a morte de familiares, a doença, a perda dos bens materiais, as injustiças humanas...

Onde está esse Deus, que não nos atende? Que não satisfaz nossas necessidades? Que não resolve nossos problemas? — perguntam esses crentes desiludidos.

É aqui que entra o Espiritismo, propondo-nos uma visão diferente.

Deus não é o soberano celeste, distante, inacessível, que tem preferências, insensível às dores humanas.

Deus é o cérebro criador, a inteligência cósmica que criou o Universo e sustenta a vida, preparando todos os seus filhos para uma gloriosa destinação.

Num ato de amor, criou-nos à sua imagem e semelhança, dotando-nos do poder criador, que está presente em nossas iniciativas e se realiza em nossas ações.

Somos, por isso, senhores de nosso Destino.

Todo bem ou mal que nos atinja será sempre a consequência do bem ou do mal que houvermos praticado.

Um querido confrade, Silvio de Melo, já desencarnado, costumava dizer que se o malandro soubesse como é importante ser bom, em favor da própria felicidade, ele seria bom por malandragem.

Corretíssimo!

A suprema esperteza está em praticar o Bem, já que é da lei que colhamos todo o bem que semearmos, tanto quanto o mal se voltará contra nós quando o exercitarmos.

E isso tudo ocorre no presente, não num futuro distante, remoto, na vida espiritual, num etéreo tribunal.

O julgamento é instantâneo e permanente.

Somos julgados por nossas ações a cada momento, em cada iniciativa, em cada pensamento cultivado, colhendo sempre, inelutavelmente, o bem ou o mal viver, de conformidade com o que fazemos.

É fácil constatar isso.

Experimentemos, durante todo um dia, sem vacilar, o cultivo apenas de bons pensamentos em nosso mundo íntimo, de bons sentimentos diante das situações, de boas ações diante do semelhante.

Por vinte e quatro horas proponhamo-nos a superar os interesses imediatistas, a ajudar a quem precisa, a colaborar com o colega de trabalho, a respeitar as pessoas, a não falar mal de ninguém, a ajudar o próximo, a perdoar ofensas...

Durante mil, quatrocentos e quarenta minutos, comportemo-nos como filhos verdadeiros de Deus, o Pai de infinito amor e misericórdia que, como

ensina Jesus, faz nascer o sol para bons e maus e descer a chuva sobre justos e injustos.

    Passemos todo um dia assim e, à noite, na hora de dormir, experimentaremos abençoada tranqüilidade e dormiremos o sono dos justos.

    Será tão bom, que desejaremos agir assim em todos os dias de nossa vida.

- // -

# PERIGO À VISTA

Passos Lírio

Pensar que já fizemos muito ou pelo menos o necessário.  
Julgar-nos superiores ou inferiores a quem quer que seja.  
Lembrar situações e circunstâncias em que falimos.  
Recordar o mal que alguém nos fez ou nos quis fazer.  
Mentalizar maus juízos que os outros possam fazer a nosso respeito.  
Admitir que temos defeitos e viciações incorrigíveis.  
Imaginar a existência de perseguidores espirituais a nos assediar implacavelmente, cuja indesejável companhia não podemos evitar.  
Acreditar que progredimos em proporções tais, que já podemos afrouxar um pouco em nossos esforços de realizações construtivas.  
Fixar passagens e cenas em que companheiros nossos tropeçaram e caíram.  
Supor que somos por demais decaídos ou degenerados, para tentar a nossa recuperação e nela insistirmos.  
Ajuizar que há fatores e forças imponderáveis que conspiram nas sombras contra a nossa felicidade, trabalhando sempre pela frustração dos nossos sonhos e aspirações, sem que tenhamos meios e modos de fugir-lhes à ação perniciososa.  
Achar que a nossa condição humana, longe de nos propiciar a ascensão, favorece-nos a queda.  
Crer que devemos proceder bem, mas que nem sempre podemos fazê-lo.  
Tal como no campo atmosférico, antes de desabar um temporal, há sinais que o prenunciam, possibilitando-nos providências e resguardo, também nos domínios da alma há claros indícios de perigosas situações, de que nos é dado acautelar, buscando em nosso santuário interior recursos de preservação que nos facultam superar a crise em esboço, sempre de tremendas conseqüências em nossa existência, se não conjurada a tempo.

- // -

# Leopoldo Machado e a Unificação

Lydienio Barreto de Menezes

Foram comemorados em 22 de agosto passado os 40 anos de desencarnação de Leopoldo Machado, escritor, polemista, conferencista, professor autodidata e fundador, junto com sua esposa Marília Barbosa, do Lar de Jesus, instituição de amparo a meninas, situado em Nova Iguaçu (RJ) e que serviu de modelo para o surgimento de outras entidades congêneres por todo o Brasil.

Foi Leopoldo Machado um líder espírita, grande incentivador da participação dos jovens nas atividades espíritas, fundando ele próprio a Mocidade Espírita de Iguaçu, a segunda mais antiga do Brasil.

Foi valiosa sua contribuição para a unificação do Movimento Espírita brasileiro.

Em 1948, vamos encontrá-lo participando do Congresso Brasileiro de Unificação Espírita, realizado de 31 de outubro a 5 de novembro, em São Paulo (SP).

Neste evento apresenta o “Estudo e Sugestões sobre o Programa de Unificação”, do qual extraímos o trecho inicial:

“A Unidade de métodos de trabalho, de interpretação da Doutrina e da propaganda do espiritismo é assunto que remonta a Allan Kardec.

Não cremos que seja problema de fácil solução.

Nem que sua solução depende de congressos, visto como, nem sempre as soluções tomadas nos congressos por majorias são respeitadas pelas minorias.(...)

Mas, não se infira daí que não se deve tentar a unificação.

E que os congressos são desnecessários.

Antes, pelo contrário.

Poucos movimentos, dentro da Doutrina, são tão oportunos como os congressos.

E nenhuma campanha mais séria do que a que visone a unificação da Doutrina, a aplicação de normas que procurem atenuar quantos disparates vão por aí com o nome de espiritismo e que de Espiritismo só tem o nome.”<sup>1</sup>

Aí vemos a luta desse baiano, que se tornou iguaçuano de coração, em defesa da unidade doutrinária, preconizada por Allan Kardec e da qual ele, Leopoldo Machado, foi ardoroso defensor.

Após a assinatura do “Pacto Áureo”, no dia 5 de outubro de 1949, era necessário consolidar os ideais de unificação contidos no documento. Preciso seria que a decisão tomada pelas lideranças do Movimento Espírita de alguns Estados e da Diretoria da Federação Espírita Brasileira fosse entendida e colocada em ação em todo o País.

Para tanto, foi criada a Caravana da Fraternidade, formada por Arthur Lins de Vasconcellos Lopes, Carlos Jordão da Silva, Francisco Spinelli, Ary Casadio, Leopoldo Machado e Luís Burgos Filho.

Sobre essa Caravana, assim se expressou Lins de Vasconcellos:

“Quando se tiver de escrever a história do Espiritismo no Brasil, a já célebre Caravana da Fraternidade, que acaba de visitar onze Estados no Nordeste e Norte do País, ocupará um capítulo de grande relevo, não só pelo exemplo primeiro de uma excursão coletiva e por conta própria dos caravaneiros, em visita fraternal a irmãos em crença, como pelos resultados práticos, alcançados no desenvolvimento da Ação Unificadora do Espiritismo em nossa Pátria.”<sup>2</sup>

Essa Caravana iniciou sua viagem em 31 de outubro de 1949, visitando de Salvador a Manaus, dissolvendo-se em Belo Horizonte no dia 13 de dezembro do mesmo ano.

A saga desses valorosos trabalhadores da causa da Unificação está registrada no livro “Caravana da Fraternidade”, de Leopoldo Machado, hoje obra esgotada.

Ao final desse livro escreveu Leopoldo Machado:

“Acreditamos no Pacto Áureo, sim!

Mas no Pacto Áureo em si mesmo, que é menos obra dos homens do que dos Espíritos.

O que houver de mais importante nele, é obra dos Espíritos, ou pelos Espíritos inspirada, a exemplo do próprio Pacto.”

E se, em nossos dias, vemos na reunião do Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira, realizada anualmente no mês de novembro, em Brasília, a presença maciça das 27 representações das Federativas Estaduais e de mais 3 Entidades Espíritas Especializadas, temos o fruto do trabalho desses pioneiros entre os quais se incluía Leopoldo Machado.

1. Anais do Congresso Brasileiro de Unificação Espírita — 1948.

2. “A Caravana da Fraternidade” — Edição Lar de Jesus — 1954.



# ESFLORANDO O EVANGELHO - EMMANUEL

## NÃO SE ENVERGONHAR

“Porque qualquer que de mim e das minhas palavras se envergonhar, dele se envergonhará o Filho do homem.” — Jesus. (LUCAS, 9:26.)

Muitos aprendizes existem satisfeitos consigo mesmos tão-somente em razão de algumas afirmativas quixotescas. Congregam-se em grandes discussões, atrabiliários e irascíveis, tentando convencer gregos e troianos, relativamente à fé religiosa e, quando interpelados sobre a fúria em que se comprazem, na imposição dos pontos de vista que lhes são próprios, costumam redargüir que é imprescindível não nos envergonharmos do Mestre, nem de seus ensinamentos perante a multidão.

Todavia, por vezes, a preocupação de preservar o Cristianismo não passa de posição meramente verbal.

Tais defensores do Cristo andam esquecidos de que, antes de tudo, é indispensável não esquecer-lhe os princípios sublimes, diante das tarefas de cada dia.

A vida de um homem é a sua própria confissão pública.

A conduta de cada crente é a sua verdadeira profissão de fé.

Muito infantis o trovão da voz e a mímica verbalista, filhos da vaidade individual, junto de ouvintes incompreensivos e complacentes, com pleno esquecimento dos necessários testemunhos com o Mestre, na oficina de trabalho comum e no lar purificador.

Torna-se indispensável não se envergonhar o aprendiz de Jesus, não em perlangas calorosas, das quais cada contendor regressa mais exasperado, mas sim perante as situações, aparentemente insignificantes ou eminentemente expressivas, em que se pede ao crente o exemplo de amor, renúncia e sacrifício pessoal que o Senhor demonstrou em sua trajetória sublime.

(Do Livro “Vinha de Luz”, psicografado pelo médium Francisco Cândido Xavier, capítulo 51, págs. 113 e 114, 14ª ed. FEB.)

# SUICÍDIO — Por que evitá-lo?

Gebaldo José de Sousa

“Os próprios Espíritos de suicidas são unânimes em declarar a intensidade dos sofrimentos que experimentam (...) afirmam que a fome, a desilusão, a pobreza, a desonra, a doença, a cegueira, qualquer situação, por mais angustiada que seja, sobre a Terra, ainda seria excelente condição ‘comparada ao que de melhor se possa atingir pelos desvios do suicídio’.”<sup>1</sup>

**N**arra Hilário Silva<sup>2</sup> que Allan Kardec, em abril de 1860, passava por momento de desânimo. Sobrevinham-lhe dificuldades de toda ordem: críticas, injúrias, zombarias e falta de recursos.

Nessa ocasião, recebeu, com exemplar de “O Livro dos Espíritos” belamente encadernado, carta de agradecimento de desconhecido. Relatava: ia se atirar ao rio Sena. Ao segurar em amurada de uma ponte, percebe ali um livro. Era “O Livro dos Espíritos”.

A morte da mulher amada o levava ao desespero. Essa a razão de seu desencanto com a vida.

Registra que leu, entre irritado e curioso, no frontispício do livro:

“Esta obra salvou-me a vida. Leia-a com atenção e tenha bom proveito.

— A. Laurent.”

Mergulha na sua leitura e não mais nas águas. Abandona a idéia fatídica. Reformula a vida. Ao encaminhá-lo a Kardec, acrescentara:

“Salvou-me também. Deus abençoe as almas que cooperaram em sua publicação. — Joseph Perrier.”

E estimulava Allan Kardec a “prosseguir em suas tarefas de esclarecimentos da humanidade”.

Chega o depoimento quando o Missionário sentia todo o peso de sua tarefa e o reanima, encorajando-o a prosseguir no trabalho da Codificação do Espiritismo.

O Codificador, ao lê-la, emocionou-se. Levou o lenço aos olhos, enxugando discreta lágrima...

Como se vê, a partir de sua origem, no século passado, o estudo da Doutrina Espírita, a compreensão de seus postulados, liberta o ser humano de quedas a que o conduz a ignorância da realidade espiritual.

Dá-lhe certeza da sobrevivência do Espírito à morte do corpo físico; esclarece-o acerca da responsabilidade por seus atos, pelo conhecimento da Lei de Causa e Efeito; e da inutilidade do gesto extremo, eis que, Espíritos eternos, é-nos impossível renunciar à vida.

Esclarecidos, candidatos à autodestruição desistem desse ato, fruto da descrença, do desespero e do materialismo, quando lêem depoimentos de Espíritos de suicidas: a vida continua; sofrimentos inenarráveis sobrevêm às vítimas dessa inútil tentativa de fuga; suas conseqüências prolongam-se por séculos de sofrimentos, na recuperação do equilíbrio, através de reencarnações em que expiam as conseqüências dessa grave falta.

É o que contém a farta literatura espírita, a partir do lançamento, por Allan Kardec, do livro “O Céu e o Inferno”<sup>3</sup>, em 1º de agosto de 1865. Ali se lêem testemunhos de suicidas; estudos e observações do Codificador, sobre o tema, no cap. V da 2ª Parte.

Orienta-nos, ainda acerca do que muitos de nós ignorávamos: excessos de toda natureza constituem variedades de suicídios, embora lentos e indiretos, mas também graves, ainda que inconscientes:

— excesso de alimentos, de trabalho;

— o hábito da irritação, da cólera;

— o uso de bebidas alcoólicas;

— o hábito de fumar;

— o uso de tóxicos;

— enfim, de todos os excessos, de todos os vícios, físicos ou morais. É o que se lê na obra “Nosso Lar”.<sup>4</sup>

Em “O Livro dos Espíritos”<sup>5</sup>, as questões 943 a 957 ferem os assuntos: Desgosto da Vida. Suicídio. Dentre elas, destacamos:

“944. Tem o homem o direito de dispor da sua vida?

Não; só a Deus assiste esse direito. O suicídio voluntário importa numa transgressão desta lei.

a) — Não é sempre voluntário o suicídio?

O louco que se mata não sabe o que faz.”

“950. Que pensar daquele que se mata, na esperança de chegar mais depressa a uma vida melhor?

Outra loucura! Que faça o bem e mais certo estará de lá chegar, pois, matando-se, retarda a sua entrada num mundo melhor e terá que pedir-lhe seja permitido voltar, para concluir a vida a que pôs termo sob o influxo de uma idéia falsa. Uma falta, seja qual for, jamais abre a ninguém o santuário dos eleitos.”

“957. Quais, em geral, com relação ao estado do Espírito, as conseqüências do suicídio?

Muito diversas são as conseqüências do suicídio. Não há penas determinadas e, em todos os casos, correspondem sempre às causas que o produziram. Há, porém, uma conseqüência a que o suicida não pode escapar; é o desapontamento. Mas, a sorte não é a mesma para todos; depende das circunstâncias. Alguns expiam a falta imediatamente, outros em nova existência, que será pior do que aquela cujo curso interromperam.”

Vejamos, sobre o assunto, duas valiosas lições.

De Hermínio C. Miranda (João Marcus):

“Na verdade, o suicídio é, basicamente, uma fuga. O suicida quer fugir de situações embaraçosas, de desgostos, de pessoas que detesta, de mágoas que não se sente com forças para suportar, deseja, afinal de contas, fugir de si mesmo. É aí que está a gênese de seu fatal desengano: não podemos, de maneira alguma, fugir de nós próprios. (...)

E aquele que arrebentou seus próprios ouvidos, com um tiro assassino, renasce com o mecanismo da audição destruído; não podendo ouvir, não aprende a falar. E daí atravessar uma existência inteira, isolado na solidão forçada, a fim de que seu Espírito compreenda, no silêncio, o verdadeiro sentido da vida e o valor inestimável dos dons que recebemos ao nascer. O que tomou venenos corrosivos, volta à carne com as vísceras deficientes, sujeitas a misteriosas e incuráveis mazelas. (...)

**Logo, o suicídio é o maior, o mais trágico e lamentável equívoco que o ser humano pode cometer.”<sup>6</sup>**

(Grifamos.)

De Emmanuel:

“154 — Quais as primeiras impressões dos que desencarnam por suicídio?

— A primeira decepção que os aguarda é a realidade da vida que se não extingue com as transições da morte do corpo físico, vida essa agravada por tormentos pavorosos, em virtude de sua decisão tocada de suprema rebeldia.

Suicidas há que continuam experimentando os padecimentos físicos da última hora terrestre, em seu corpo somático, indefinidamente. (...) a pior emoção do suicida é a de acompanhar, minuto a minuto, o processo da decomposição do corpo abandonado no seio da terra, verminado e apodrecido.”<sup>7</sup>

Esposas ciumentas que recorreram ao suicídio viram que seus maridos se casaram justamente com aquelas de quem se enciumavam. Passaram o próprio esposo e seus filhos às mãos de quem fugiam. E ainda a lhes dever favores, pois que cumpriam tarefas que lhes cabiam, junto aos entes amados.

Empresários sem perspectivas vêem que os problemas que enfrentavam foram superados. E assim por diante.

De depoimentos dos próprios suicidas; de respostas de Espíritos Superiores ou de observações de Allan Kardec, nas questões citadas, conclui-se que:

- o suicídio agrava os sofrimentos do Espírito;
- é culpado aquele que abrevia de alguns instantes os seus sofrimentos, apressando voluntariamente sua morte;
- afastam-se os suicidas daqueles a quem amam: “Em vez de se reunirem ao que era objeto de suas afeições, dele se afastam por longo tempo, pois não é possível que Deus recompense um ato de covardia (...)” (L.E.q.956);
- há persistência prolongada, tenaz, do laço que une o Espírito ao corpo, acarretando perturbação espiritual e muitos sofrimentos;
- vêem, incessantemente, o próprio aniquilamento;
- sentem os efeitos da decomposição;
- essa sensação pode durar pelo tempo que devia durar a vida que sofreu interrupção;

Em comentário à questão 957 de “O Livro dos Espíritos”, observa Kardec: “Não é geral este efeito; mas, em caso algum, o suicida fica isento das conseqüências da sua falta de coragem (...)”.

A maior parte deles sofre o pesar de haver feito uma coisa inútil, pois que só decepções encontram.”

Ora, se nada de positivo advém do suicídio, se conduz a decepções; a sofrimentos prolongados para si e para outrem; a reparações dolorosas, ao longo de muitas encarnações; se só malefícios acarreta, por que recorrer a ele?

É nosso dever evitá-lo e dele afastar os incautos, prestes a cair num abismo de dores, recorrendo à prece; ao tratamento espiritual nos Centros Espíritas; ao tratamento médico; ao trabalho em benefício do próximo, onde, doando de nós mesmos aos mais necessitados, afastamos Espíritos obsessores, higienizando a mente.

E orar sempre por aqueles que, frágeis, se renderam à fuga impossível.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

1. FREDERICO FRANCISCO. O estranho mundo dos suicidas. REFORMADOR, Rio de Janeiro, V.82, nº 3, p. 70, mar. 1964. Republicado em REFORMADOR, v.112, nº 1980, pp. 88-89, mar. 1994.

2. XAVIER, F. C. e VIEIRA, Waldo. O Espírito da Verdade. Mensagem do Espírito Hilário Silva, 9ª ed. Rio de Janeiro: FEB, 1995. 236 p.pp.125-128: Cap.52.

3. KARDEC, Allan. O Céu e o Inferno. 41ª ed. Rio de Janeiro; FEB, 1997. 425 p.pp.295-327: 2ª Parte, Cap. V.

4. XAVIER, Francisco C. Nosso Lar, pelo Espírito André Luiz. 25ª ed. Rio de Janeiro: FEB, 1982, 281 p.pp.31-35: Cap.4.

5. KARDEC, Allan. O Livro dos Espíritos. 78ª ed. Rio de Janeiro: FEB, 1997. 494 p.pp.439-444: 4ª Parte, Cap. I.

6. JOÃO MARCUS. Vale a pena suicidar-se? REFORMADOR, Rio de Janeiro, v.81, nº 3, p.49, mar. 1963, republicado em REFORMADOR, Rio de Janeiro, v. 111, nº 1976, pp. 340, nov.1993.

7. XAVIER, Francisco C. O Consolador, pelo Espírito Emmanuel 18ª ed. Rio de Janeiro: FEB, 1997. 233 pp. 96.

- // -

# Responsabilidade no fumar

Geraldo Goulart

“Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas convêm. Todas as coisas me são lícitas mas eu não me deixarei dominar por nenhuma delas. “Paulo. (1 Cor. 6:12).

**J**ornais de grande circulação, cumprindo o que deles se espera em matéria de informação e esclarecimento, têm publicado, ainda que não sistematicamente, artigos elucidativos sobre os vários — e são muitos! — perigos e males causados pelo fumo. Não obstante, tais preciosas advertências, via de regra, caem no vazio. Basta olhar as estatísticas que os fabricantes de cigarro também fazem publicar nos mesmos veículos de comunicação para dar ciência ao público de como cresce e se consolida sua saúde econômico-financeira em contraposição ao comprometimento da saúde dos incautos tabagistas.

Nas páginas de REFORMADOR encontrará, também, o leitor atento, vez por outra, elucidativas informações sobre o tema. Isso porque, na preocupação de advertir os profíctos espiritistas quanto ao cuidado que hão de ter com sua sensibilidade sensorial, a revista, no cumprimento dos altos desígnios que lhe estão confiados, adverte e conclama-nos ao afastamento dos vícios. Caso contrário não apenas o envolvimento, mas também o desempenho do trabalho mediúnico, quanto à qualidade, estará comprometido.

Médicos competentes da área da pneumologia, alergistas e especialistas de algumas outras poucas modalidades têm vindo a público para explicar a extensão do comprometimento orgânico, sobretudo das vias respiratórias, que afetam os fumantes ativos e passivos (passivos, todos aqueles que, sem acender o cigarro ou dele fazer uso direto, estão obrigados a respirar o ar impregnado pela fumaça por ele exalada, enquanto se queima, e a fumaça expirada pelo fumante ativo) e provocam danos, algumas vezes irreversíveis, como é o caso — para citarmos apenas um dos males — do enfisema pulmonar.

Mesmo nas hostes da Doutrina Espírita encontramos, aqui e ali, alguns poucos fumantes. Alguns desses são apenas freqüentadores que, mesmo já conscientes dos riscos, não encontram, ainda, suficiente força interior para vencer a compulsão de acender o cigarro. Compulsão essa, sabemos, derivada de apelo orgânico gerado pela corrente sangüínea que reclama a reposição da química do tabaco e seus componentes. Infelizmente, existem também aqueles que mesmo comprometidos com o trabalho mediúnico prosseguem fazendo uso do tabaco. Não é difícil sua identificação. O cheiro do fumo os denuncia. E isso nos causa profunda estranheza, além do pesar.

Na confusa argumentação, muitas vezes acirrada, entre não-fumantes e defensores do direito de fumar, as razões mais evocadas pelos primeiros são de que o fumo provoca câncer, dependência, brechas no orçamento pessoal e antecipa a morte. Mas nada parece sensibilizar os fumantes, já que eles têm sempre uma resposta pronta, um chiste, ou citam um exemplo de fumantes com longevidade, para rebater e encerrar o assunto, além da réplica mais forte: todos vamos morrer, fumando ou não. Uns poucos admitem conhecer, até extensivamente, a realidade dos males que podem ser gerados pelo vício, mas têm plena convicção de que isso não os alcançará. E olhe que toda aquela conversa até lhes deu disposição para acender um cigarrinho. O que fazem, efetivamente, a seguir.

Na quase totalidade dos artigos publicados pela imprensa identificamos a preocupação de mostrar desdobramentos quanto aos aspectos orgânicos derivados do uso do tabaco. Em outros podem-se encontrar, ainda, algumas referências ao aspecto financeiro. Esse tipo de argumentação, sabemos-lo, não impressiona o fumante. Sabemos também que a Ciência detém-se apenas sobre a vida material. Acreditamos que na exposição de argumentos contrários ao uso do cigarro falta a inclusão de um dado muito importante: há que falar-se, por certo, das conseqüências espirituais. E aí, talvez, os indivíduos começassem a refletir sobre a necessidade de abandonar o hábito de fumar porque estariam de posse de informações substanciais quanto ao que os aguarda, como decorrência do vício, no retorno à Dimensão da Verdade.

Tivemos a oportunidade de apresentar, aqui no Rio de Janeiro, durante uns seis anos em algumas Casas Espíritas, em colaboração com estimado confrade, um trabalho expositivo sobre os malefícios do fumo. O companheiro falava sobre os aspectos do corpo material e nós tentávamos explicar — com o amparo das informações garimpadas em alguns livros da Doutrina e poucos outros de fundamentação esotérica que, não obstante, nos cediam preciosas informações facilmente aplicáveis ao conhecimento espiritista — os desdobramentos nos corpos perispirituais como conseqüência do vício. E não eram poucas as pessoas que nos procuravam, ao final da exposição, para dizer de sua perplexidade e ignorância quanto ao assunto. Algumas que, confessadamente, eram fumantes, manifestavam sincero desejo de se reeducar. Posteriormente éramos informados de que este ou aquele assistente do trabalho havia vencido o vício. E tão-somente porque passaram a conhecer a extensão das conseqüências que os alcançariam além do decesso.

A Doutrina Espírita tem farta literatura auxiliar que, em poucas linhas, nos esclarece quanto a essa realidade. Destacamos alguns como, por exemplo, Irmão X<sup>1</sup>, exortando:

“Tanto quanto lhe seja possível, evite os abusos do fumo. Infunde pena a angústia dos desencarnados amantes da nicotina.”

O Amigo Espiritual adverte aos leitores, carinhosamente, que mesmo na condição de desencarnado o fumante busca, enlouquecido, a saciedade do hábito cultivado. Na impossibilidade de realizar tal desiderato, sofre.

Encontramos em André Luiz<sup>2</sup> a descrição de uma cena captada em restaurante de uma metrópole brasileira:

“Junto de fumantes e bebedores inveterados, criaturas desencarnadas de triste feição se demoravam expectantes.

Algumas sorviam as baforadas de fumo arremessadas ao ar, ainda aquecidas pelo calor dos pulmões que as expulsavam, nisso encontrando alegria e alimento. “(...)

Porém, uma das mais preocupantes narrativas vem da parte da entidade que se faz conhecida como Irmão João<sup>3</sup> e que orienta pequena caravana que, em busca de esclarecimentos, visita o manicômio de uma colônia espiritual próxima à Terra! Diz ele:

“Atentai, porém, para essa nova espécie: — são os cocainômanos, os amantes do ópio e entorpecentes em geral, viciados que se deixaram rebaixar ao derradeiro estado de decadência a que um Espírito, criatura de Deus, poderia chegar! (...) Encontram-se em lamentável estado de depressão vibratória (...). “

André Luiz refere-se às individualidades que observa, as quais (...) deixavam à mostra, em sua configuração astral, os estigmas do vício a que se haviam entregado, alguns oferecendo mesmo a idéia de se acharem leprosos, ao passo que outros exalavam odores fétidos, repugnante, como se a mistura

do fumo, do álcool, dos entorpecentes, de que tanto abusaram, fermentassem exalações pútridas cujas repercussões contaminassem as próprias vibrações que, pesadas, viciadas, traduzissem o vírus que havia envenenado o corpo material! ”

Temos, na narrativa, um retrato vivo da aparência do viciado que, sem forças para reagir ao vício, compromete todos os seus veículos de manifestação, causando piedade.

A reencarnação — inexorável fatalidade! — de semelhantes trânsfugas há de envolvê-los em dolorosas experiências. Afinal, o perispírito, formador biológico do corpo denso, registrando todos os desmandos pretéritos, imprimirá as deformações dos sistemas respiratório, circulatório e digestivo, ratificando a inequívoca realidade da Lei de Causa e Efeito, atenta, ainda, aos princípios exarados a partir da questão 258 e seguintes em “O Livro dos Espíritos” (FEB).

Para a manutenção do equilíbrio de energias entre os três componentes (espírito, perispírito, corpo denso) que se expressam na vida de relação, a Sabedoria Divina dotou-os de mecanismos naturais de proteção. Um destes seria uma tela constituída de átomos físicos ultrírrimos utilizada para coibir o trânsito de energias bastardas entre os centros de força que alimentam o espírito e o perispírito. A destruição dessa proteção redundaria em sérios prejuízos para a criatura. E como se pode degradar essa tela? O Reverendo C. W. Leadbeater<sup>4</sup> informa que, com certeza, o hábito de fumar é uma delas. O fumo, ao volatilizar-se, libera alcalóides que vão, progressivamente, inibindo o movimento vibratório dos átomos físicos ultrírrimos e que, quando totalmente paralisados, eles deixam “buracos” na tela e a proteção deixa de existir porque, por ali, passam as energias que deveriam ficar inibidas e provocam uma série de desequilíbrios ao trio. Como essa tela terá que ser recomposta para a próxima reencarnação, também por essa deterioração terá que responder a individualidade na condição de enfermo nos hospitais das colônias espirituais.

Eis por que Áulus 2 , respondendo a Hilário, explica:

“ — Há dolorosas reencarnações que significam tremenda luta expiatória para as almas necrosadas no vício. (...). Na maioria das vezes, semelhantes processos de cura prodigalizam bons resultados pelas provações obrigatórias que oferecem...

Irmão João, aludindo ao ensino evangélico de que a cada um será dado segundo suas obras <sup>3</sup> , informa:

“Comumente é o próprio pretendente ao renascimento que escolhe as provações por que passará (...).

Assim sendo, o próprio paciente organizará o traçado dos mapas para o seu futuro estado corporal e a programação dos acontecimentos principais e inevitáveis que deverá viver, efeitos lógicos e inseparáveis das causas criadas com as infrações cometidas, mas assistido sempre por seus mentores dedicados.

**No que concerne aos internados nesta dependência hospitalar, não será, todavia, assim. (...). “ (Grifamos.)**

Depreende-se, sem dificuldade, que os suicidas não usufruem o direito de escolher ou discutir as condições do seu retorno, não importando, sequer, se terá sido, o seu caso, o suicídio direto ou indireto. Para o suicida indireto que é o fumante, seu direito se terá volatilizado junto à fumaça do seu prazer. E ele terá muito tempo para pensar sobre o assunto e, até mesmo, meditar sobre a filosófica afirmativa do Apóstolo dos Gentios: tudo lhe é lícito, mas nem tudo lhe convém. -//-

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



1. XAVIER, Francisco C. Cartas e Crônicas, pelo Espírito Irmão X — mensagem Treino para a Morte, 9ª ed. FEB, Rio de Janeiro.
2. — Nos Domínios da Mediunidade, pelo Espírito André Luiz, Cap. 15 — Forças Viciadas, 24ª ed. FEB, Rio de Janeiro.
3. PEREIRA, Yvonne A. Memórias de um Suicida, pelo Espírito Camilo Castelo Branco, Segunda Parte, Cap. III — O Manicômio, 19ª ed. FEB, Rio de Janeiro.
4. OS CHAKRAS ou OS CENTROS MAGNÉTICOS VITAIS DO SER HUMANO. Capítulo IV, Rev. C. W. LEADBEATER, tradução de J. Gervásio de Figueiredo, Editora “O Pensamento”, SP. 1954.

## A FEB e o Esperanto

### LÍNGUA INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS

Affonso Soares

Fecundos contatos têm sido estabelecidos entre órgãos de UNESCO e a Associação Universal de Esperanto, em função da harmonia de objetivos de ambas organizações, voltados para a construção de uma efetiva paz nas relações entre os povos.

Em abril de 1997, Lee Chong-Yeong, Renée Triolle e Amri Wandel, respectivamente presidente, vice-presidente e diretor daquela entidade esperantista, reuniram-se em Paris com Andri Ísaksson, diretor do Departamento de Educação em Escolas Secundárias e Profissionais, da UNESCO, e com Joseph Poth, responsável pelo programa LINGUAPAX. Inspirada neste programa da UNESCO, cujo objetivo é educar para a amizade internacional por meio do ensino de línguas, a Associação Universal de Esperanto promoverá em Montpelier, França, no ano de 1998, ao mesmo tempo em que realiza seu congresso universal na mesma cidade, uma conferência internacional sob o título “O Esperanto nas escolas: Experiências e perspectivas”, com subvenção da UNESCO.

As relações formais entre a UNESCO e a UEA (Universala Esperanto-Asocio), existentes há longos anos permanecerão válidas após o drástico corte promovido pelo órgão das Nações Unidas no número das organizações não governamentais com as quais mantém relações formalizadas. Obedecendo ao critério de excluir as organizações cuja colaboração se limita à leitura de saudações da UNESCO em suas conferências e só contemplar as que promovem iniciativas eficazes no quadro dos seus objetivos específicos, a UNESCO reduziu de 600 para 300 o número das ONGs em seu quadro de colaboradoras.

À iniciativa que antes mencionamos, a UEA, além dos fecundos serviços que realiza em prol da paz no Planeta, no campo da comunicação e do ensino, acrescenta a publicação em Esperanto do periódico Cultura e Tecnologia da UNESCO.

Espera-se também obter novos e belos frutos dessa colaboração graças ao entusiasmo de Orlando Hall, chefe do Setor de Educação Científica e Técnica da UNESCO, pela idéia e realidade do Esperanto. O diretor Amri Wandel, da UEA, informando sobre realizações do movimento esperantista, tais como os cursos da Academia Internacional de Ciências, a Universidade Internacional no quadro dos congressos universais de Esperanto e as sessões em conjunto da Universidade com a Academia, espera conseguir que o Setor dirigido por Orlando Hall envie seus colaboradores aos Congressos Universais

para participarem dessas atividades dos esperantistas. Em contrapartida, o boletim Connect, órgão daquele Setor da UNESCO, publicaria informações sobre os trabalhos da Academia e da Universidade patrocinados pela UEA.

Enquanto compúnhamos esta nota, organizava-se uma “Coalizão pela Língua Internacional”, a ser lançada em maio/97, durante o seminário na sede da ONU, em Nova York, com o tema “Enfrentar a crise lingüística: Papéis das ONGs e da ONU”. Lideradas pela Associação Universal de Esperanto, as organizações Partido Radical Transnacional, Comunidade Internacional Bahai, Templo da Intercompreensão e Movimento Federativo Mundial sustentam a idéia-base da Coalizão, a saber, ligar o problema de uma língua internacional ao tema dos direitos humanos, considerando o que reza o Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 10 de dezembro de 1948:

“Todo homem é capaz de gozar os direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem nenhuma distinção por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, ou qualquer outra condição. “

(Grifo nosso.)

A discriminação lingüística é tão nociva, tão prejudicial ao progresso como qualquer outra discriminação. Um sistema discriminativo sempre funciona a serviço da hegemonia de grupos, da injustiça, institucionalizada ou não, em detrimento das aspirações comuns à fruição dos bens que a lei natural destina a todos, condenando quaisquer privilégios injustificáveis. A imposição de uma língua nacional para as relações internacionais está nesse caso, pois ela sempre estará a serviço do grupo, ou grupos, que a têm como língua materna.

É verdade que tudo tem sua razão de ser, em função de necessidades evolutivas subjacentes, o que, de alguma forma, pode explicar o papel histórico atribuído a certos idiomas ao longo do desenvolvimento da Humanidade. Mas, o advento do Esperanto certamente anuncia tempos novos, pois seu surgimento também tem significado histórico. E esse fato reveste muito maior importância para os espíritas, uma vez que sua visão das coisas está consideravelmente dilatada por revelações frisantes a respeito das origens do Esperanto e do seu papel na formação da Nova Era de um planeta regenerado.

Não percamos, por conseguinte, o ensejo de, como vanguardeiros do progresso, trabalhar entusiasticamente em prol do fortalecimento da causa esperantista, no Brasil e no Mundo. Não percamos tempo em discussões estéreis tão caras àqueles que, como afirma Emmanuel, "aguardam a adesão geral, para comodamente expressarem suas preferências". Atendamos às restritivas conjunturas do presente sem, contudo, recuar ante os impositivos do futuro.

O Esperanto é a comunicação do futuro: provam-no os fatos, confirmam-no os Espíritos. Cultivemo-lo em nossos círculos espíritas, ensinando-o, divulgando-o e, sobretudo, usando-o em nossas relações internacionais.

# PEDRO FRANCO BARBOSA

Antônio Lucena

Retornou à Espiritualidade, na tarde do dia 4 de junho de 1997, o confrade Pedro Franco Barbosa, em sua residência no Rio de Janeiro, depois de um longo período de grave enfermidade. O enterro de seu corpo ocorreu às 14 horas, no dia imediato, no Cemitério de São João Batista, em Botafogo, com grande acompanhamento. Antes da saída do féretro, sua filha Maria Regina falou sobre a vida e a obra do pai, lendo, inclusive, com os irmãos Maria Helena e Pedro Paulo, poesias do livro: “Espiritismo e Matéria”. O Dr. Lauro de Oliveira S. Thiago falou em nome da Federação Espírita Brasileira, terminando com sentida prece a Jesus pelo dileto amigo da Casa. Junto ao túmulo, o Dr. Américo de Oliveira Borges, companheiro de Diretoria da ABRAJEE (atual ABRADE), discursou exaltando as qualidades de grande trabalhador, na defesa do Espiritismo.

Pedro Franco Barbosa nasceu em Vassouras (RJ), no dia 29 de junho de 1906, filho de Christiano Alves Barbosa e D. Eurides Franco Barbosa. Fez os seus primeiros estudos em sua terra natal e os preparatórios, matriculando-se posteriormente na Universidade Federal Fluminense, onde se diplomou em advocacia, no ano de 1940.

Consoçou-se com D. América Martins Barbosa, em 1939, e da união nasceram os seguintes filhos: Maria Helena, Maria Regina, Pedro Paulo e Maria Luíza (a caçula), desencarnada. Uma prole de onze netos, sendo um desencarnado em 1994: Luiz Alberto Angeiras, filho de Maria Regina.

Pedro Franco Barbosa estava aposentado do Ministério da Fazenda, como funcionário público federal, no cargo de Procurador, desde 1977.

Fez-se adepto do Espiritismo, quando foi convidado a lecionar no “Colégio Leopoldo”, em Nova Iguaçu, convivendo com o Professor Leopoldo Machado, exatamente no ano em que se formou, 1940. Passou a freqüentar a Cruzada dos Militares Espíritas, sediada na Rua do Lavradio, no Centro da cidade. Iniciou-se um programa de estudo das obras de Allan Kardec e assumiu a tarefa de expositor, na própria Cruzada. Depois, foi convidado pelo Dr. José Mariano para a Sociedade Espírita de Homeopatia e Obras Sociais, prestando à instituição relevantes serviços. A convite de Deolindo Amorim, integrou o quadro de Professores do Instituto de Cultura Espírita do Brasil, por muitos anos. Participou da fundação da ABRAJEE — Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores Espíritas —, no VI Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas, em Brasília, de 15 a 18 de abril de 1976, apresentando a tese: “Há uma Literatura Espírita”. Colaborou da melhor forma e foi eleito Secretário e depois Vice-Presidente da ABRAJEE. Participou efetivamente do V ao IX COMBRAJEE. Era Conselheiro da Fundação Cristã Espírita Cultural “Paulo de Tarso”, mantenedora da Rádio Rio de Janeiro. Levou sua palavra abalizada sobre o Espiritismo a todo o Rio de Janeiro e outros Estados. Em 1980 viajou à Europa e pronunciou suma série de conferências na Federação Espírita Portuguesa, a convite desta.

Como jornalista, colaborou em quase todos os jornais espíritas, desde sua adesão ao Espiritismo. Deixou dois livros publicados: “Espiritismo e Matéria” (Versos) e “Espiritismo Básico” (Doutrina), já em segunda edição da Federação Espírita Brasileira, obra notável sob vários aspectos. Escreveu para Estudos Psíquicos, de Lisboa, e Constância, da Argentina.

Aposentado do Ministério da Fazenda em 1977, deu maior cota de trabalho à Doutrina Espírita, nas tarefas de escrever e da oratória, participando de diversos Congressos e outros eventos.

O Dr. Pedro Franco Barbosa era uma personalidade bondosa, calma, comedida. De temperamento profundamente espírita e cristão, foi humilde em todos os seus trabalhos. Deixa imorredoura saudade no Movimento Espírita, que abraçou de alma e coração.

## FEB - DEPARTAMENTO DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

### EVANGELIZAÇÃO INFANTO-JUVENIL: A tarefa é, sobretudo, de Amor

**N**as tarefas desenvolvidas na intimidade da Casa Espírita, o amor é condição essencial para o trabalhador. Seja no serviço mediúnico, nas obras assistenciais, no atendimento pelo diálogo ou nas palestras públicas, há necessidade de muito amar. Amar a tarefa, a Casa Espírita que nos acolhe, o público que vem em busca de socorro espiritual. Amar, enfim, de maneira plena e incondicional, o serviço generoso que nos impulsiona a alma para o Alto.

No leque de serviços disponíveis nas Casas Espíritas, a Evangelização Infanto-Juvenil surge como uma das que exigem as mais amplas cotas de doação e de amor. Evangelizar é mais que transmitir conhecimentos, sorrir para as crianças e voltar para casa.

Necessário se faz que meditemos na amplitude da evangelização de crianças e jovens para o seu crescimento pessoal e coletivo. Analisemos de maneira clara e racional a extensão da responsabilidade que cabe ao Evangelizador.

Colaboradores de uma obra muito maior do que supõem, nem sempre os Evangelizadores se dão conta de que em suas mãos está depositada a co-responsabilidade pela formação de caracteres. As crianças que lhes chegam são Espíritos confiantes que contam com a sua colaboração para corrigirem erros cristalizados oriundos de um passado multimilenar.

Estamos todos na Casa Espírita para servir. Simplesmente servir. No caso da evangelização, servir estendendo afeto e orientação a todos os meninos e meninas que de nós esperam auxílio mediante o exemplo e as lições evangélicas. Amigos ou Espíritos desconhecidos, cabe-nos amá-los. Amá-los muito, como amaríamos um filho, um irmão, um amigo muito querido. Imprescindível ver em cada rosto infantil a expressão de um ser que nos é altamente caro.

Há quem se pergunte: Que criança é esta que me chega? Não importa quem seja. É apenas um irmão digno de ser amado. Olhe, pois, o seu evangelizando pelas lentes da ternura. Atente para as suas fragilidades físicas e morais. Veja-o como alguém que chega a um País distante, necessitado de um guia que lhe explique as regras do lugar e as normas de comportamento. Seja você esse guia, irmão e amparo fraterno. Estenda-lhe mãos generosas e palavras amigas. Compreenda-lhes as limitações, a eventual rebeldia e até um possível amor às trivialidades que o mundo oferece a mancheias. Reconheça-o sempre como alguém que espera de você o melhor. Por isso, não abra mão da disciplina. Não essa falsa disciplina que se reveste de violência e exigências, mas a condução firme e fraterna de que lançam mão os sábios.

Amar não significa concordar sempre, mas saber dizer não sem magoar, quando se faz necessário.

Sem perder a amplitude coletiva da tarefa, não nos enganemos: a evangelização também é oportunidade de sublime colheita no campo pessoal. Nessas ocasiões, muitos Espíritos que se ligaram a nós em múltiplas encarnações retornam para colher de nossos próprios lábios as lições de amor e

paz que lhes negamos outrora. Há também antigos amigos que voltam e que esperam de nós a condução segura. Negar-lhes-íamos isso?

Por outro lado, evangelizar é investir no auto-aprimoramento. Pequenos e imperfeitos que somos, não devemos supor que estamos no serviço apenas para dar aos outros “aulas de Evangelho”. Somos, sim, colaboradores de uma tarefa cuja imensidão nem avaliamos, e na qual fomos convidados a servir, a fim de que aprendamos também. Tanto quanto os evangelizados, somos necessitados das lições evangélicas que transmitimos. Revista-se, pois, de humildade e creia: evangelizar é auto-educar-se.

Por isso, se você evangeliza, ame a sua tarefa, as crianças e jovens, a oportunidade de serviço no Bem. Não se deixe induzir pelo desânimo nem imagine que a tarefa não está produzindo efeitos só porque seus frutos não são visíveis de imediato. Insista no trabalho, empenhe-se diariamente. Reencarnarmos comprometidos com essa tarefa, que de nós exige persistência e boa vontade. A Doutrina Espírita nos ensina que o acaso não existe. Não imaginemos, pois, em nenhum momento, que as coincidências da vida nos levaram à evangelização infanto-juvenil. Estamos na tarefa porque aceitamo-la, quem sabe a solicitamos, alegando que ela nos resgataria séculos de equívocos no relacionamento com os semelhantes.

E se você imagina que sua contribuição é por demais pequena e sem importância, vigilância redobrada! Somos, sim, pequenos colaboradores em meio à multidão de trabalhadores, mas, na obra divina, todas as peças têm relevância e cada um é necessário no lugar onde está. Se você faltar, certamente haverá quem venha cobrir a lacuna, mas isso não apagará o fato de que você abandonou o posto. Ninguém é insubstituível, mas não se pode esquecer o transtorno causado por quem se foi e deixou os demais sobrecarregados até que o substituto fosse encontrado.

Refugie-se, pois, no receituário do amor. Quando você diagnosticar apelo para fugir ao dever, busque rapidamente a reflexão. Combata a tristeza, desenvolva o amor ao próximo. Se a tarefa lhe causa stress ame ainda mais. Se o dever lhe parece enfadonho, reverta esse sentimento. Amar sempre é o caminho, apontado pelo Cristo. Tudo o mais é conseqüência.

# FEB - CONSELHO FEDERATIVO NACIONAL

## COMISSÕES REGIONAIS

### REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO REGIONAL CENTRO

Realizou-se em Brasília, de 1º a 3 de agosto deste ano, a Reunião Ordinária da Comissão Regional Centro do Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira, com a participação de todas as Federativas da Região: Federação Espírita do Distrito Federal (FEDF), em cuja sede se realizou o evento, Federação Espírita do Estado do Espírito Santo (FEEES), Federação Espírita do Estado de Goiás (FEEGO), Federação Espírita do Estado de Mato Grosso (FEEMT), Federação Espírita de Mato Grosso do Sul (FEMS), Federação Espírita do Estado do Tocantins (FEETINS) e União Espírita Mineira (UEM). Foi o seguinte o número de participantes, por Estado: Distrito Federal, 10; Espírito Santo, 3; Goiás, 3; Mato Grosso, 8; Mato Grosso do Sul, 6; Minas Gerais, 10; Tocantins, 1; total da Região 41.

A representação da FEB, com 8 pessoas, estava composta pelos Vice-Presidente Nestor João Masotti, Cecília Rocha e Altivo Ferreira; os Diretores José Carlos da Silva Silveira e Rute Ribeiro; os Assessores Merhy Seba, Maria Túlia Bertoni e Luiz Carlos Nerosky.

#### **Sessão de Abertura**

Os trabalhos da Comissão Regional Centro tiveram início na noite de sexta-feira (dia 1º), com abertura e prece pelo Presidente da FEDF, João de Jesus Moutinho, que passou a direção para o Coordenador das Comissões Regionais, Nestor João Masotti. Este, declarando oficialmente iniciada a Reunião, prestou esclarecimentos gerais sobre os objetivos e as atividades das Comissões Regionais do CFN/FEB, assim como sobre a pauta de assuntos que seriam abordados. Os representantes das Federativas fizeram a apresentação dos componentes de suas delegações e, a pedido do Coordenador, relataram as atividades desenvolvidas com o lançamento da Campanha de Divulgação do Espiritismo, apontaram as dificuldades encontradas e as boas perspectivas para o futuro próximo. De modo geral, bons resultados já foram alcançados por todas as Entidades Federativas. Cecília Rocha e Rute Ribeiro fizeram comentários gerais dos "20 anos da Campanha Permanente de Evangelização da Infância e da Juventude", referindo-se aos cartazes e folders já distribuídos aos Diretores das Casas Espíritas e aos evangelizadores; aos artigos publicados na revista REFORMADOR, da FEB; e ao III Encontro nacional de Dirigentes de DIJs a ser realizado em Brasília, nos dias 24, 25 e 26 de outubro, com o objetivo de promover uma avaliação dos trabalhos dos DIJs, e para o qual serão convidados quatro representantes de cada Federativa. Os trabalhos foram encerrados com uma prece por Marcelo Paes Barreto, Presidente da FEEES.

#### **Reunião Geral**

A reunião Geral dos Representantes das Federativas teve início na manhã de sábado (dia 2), concomitantemente com os grupos das Áreas especializadas — Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, Infância e Juventude e Comunicação Social Espírita —, que realizaram suas atividades

nas respectivas salas. Participaram da Reunião Geral: pela FEB — Nestor João Masotti (Coordenador), Altivo Ferreira e Luiz Carlos Nerosky (que secretariou os trabalhos); pelas Federativas Estaduais: Distrito Federal — João de Jesus Moutinho (FEDF, Presidente) e Wilson José R. Abreu, Assessor, Espírito Santo — Marcelo Paes Barreto (FEEES, Presidente); Goiás — Weimar Muniz de Oliveira (FEEGO, Presidente); Mato Grosso — Lacordaire Abrahão Faiad (FEEMT, Presidente) e Alírio de Cerqueira Filho, Assessor, Mato Grosso do Sul — Luís Landes da Silva Pereira (FEMS, Representante); Minas Gerais — Pedro Valente da Cunha (UEM, Presidente) e Antônio Roberto Fontana, Assessor, Tocantins — Leila Ramos (FEETINS, Representante).

O primeiro assunto tratado, após a aprovação da ata da reunião anterior, foi a apreciação do documento *Diretrizes de Funcionamento* da Área de Assistência e Promoção Social Espírita. Em face do seu acolhimento, o grupo pertencente a essa Área passou a examinar suas recomendações em sala própria, sob a coordenação de José Carlos da Silva Silveira, com a assessoria de Valter Borges Oliveira, da UEM.

Na seqüência, foi feita a avaliação do trabalho decorrente do assunto tratado na reunião anterior. “Como adequar o Centro Espírita às exigências da nossa época”. Houve a apresentação de documentos e relatos de experiências pelos representantes das Federativas, ficando evidenciado o zelo com que se desenvolve, em toda a Região, a atividade federativa voltada para a adequação do Centro Espírita, a fim de cumprir sua missão.

Passou-se ao assunto principal da reunião: “Programas de apoio ao Centro Espírita sobre estudo, educação e prática da Mediunidade”. Foi apontada a necessidade de aprimoramento da prática mediúnica nos Centros Espíritas, empenhando-se as Federativas nesse objetivo, através de cursos apostilados (FEEMT), Programa de Qualidade para as Atividades Mediúnicas (UEM), Programa de apoio ao Centro Espírita (FEDF), encontros e seminários estaduais e regionais (FEETINS e FEEGO) e elaboração de Manual para desenvolvimento das Atividades Mediúnicas (FEMS). Nestor Masotti informa que existe um programa específico em elaboração na FEB, coordenado por Cecília Rocha, ora em fase de revisão final e que se prevê a implantação da Área de Assistência Espiritual e Atividade Mediúnica no Centro Espírita, na âmbito das Comissões Regionais, a partir de 1998.

Foram feitos relatos de experiências e trabalhos realizados pelas Entidades Federativas; em assuntos diversos, os representantes apresentaram várias informações, propostas e sugestões.

A próxima reunião será em Cuiabá (MT), no período de 26 a 28 de junho de 1998, quando o assunto central da pauta será: “Preparação de trabalhadores para as atividades espíritas”.

### **Sessão de Encerramento**

A sessão de encerramento ocorreu na manhã de domingo (dia 3), com a presença de todos os participantes da Reunião da Comissão Regional Centro. Após a prece de abertura dos trabalhos, o Coordenador Nestor João Masotti transmitiu notícias sobre o Movimento Espírita Internacional, referindo-se: à reunião do Conselho Espírita Internacional (CEI), em Paris (França), de 2 a 5 de outubro; ao 2º Congresso Espírita Mundial, a ser promovido pelo CEI e realizado pela Federação Espírita Portuguesa, em Lisboa, de 30 de setembro a 5 de outubro de 1998; à sua recente visita, como Secretário-Geral do CEI, às comunidades espíritas do México e da Guatemala, ressaltando o valor e dedicação dos confrades desses países. Passou a palavra, a seguir, para os

coordenadores das Áreas especializadas, a fim de relatarem os trabalhos de seus grupos:

a) Área de Comunicação Social Espírita, coordenada por Merhy Seba: Participaram da reunião os representantes das Federativas do Distrito Federal, de Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. De modo geral, em todas as Federações já existe o setor de Comunicação Social em funcionamento. Algumas delas contaram com o apoio do setor para o lançamento e sustentação da Campanha de Divulgação do Espiritismo, iniciativa da FEB aprovada pelo Conselho Federativo Nacional. O tema abordado pelo grupo foi “Importância do público-alvo no processo de comunicação social espírita”. Foi feita uma retrospectiva sobre Estratégia de Planejamento e Criação de Campanha, bem como toda teoria sobre aspectos filosóficos que envolvem a Comunicação Social Espírita. A próxima reunião abordará o tema: “Formação de Equipes Permanentes: Princípios e Motivação”.

b) Área do Serviço de Assistência e Promoção Social Espírita, coordenada por José Carlos da S. Silveira: Os representantes das Federativas apresentaram relatos sobre as atividades desenvolvidas na área do Serviço de Assistência e Promoção Social Espírita. A Coordenação apresentou um documento com vários considerandos, no qual se busca fundamentar as propostas de elaboração de um cadastro das Entidades e Atividades do Setor e, também, de um manual de apoio para os Centros Espíritas, relacionando a fundamentação doutrinária e as diretrizes de trabalho para as atividades do Serviço de Assistência e Promoção Social Espírita. Todas as Federativas destacaram a necessidade de sensibilizar as Instituições Espíritas quanto à importância de um cadastro para a área. Para 1998 será mantida a mesma pauta da presente reunião da SAPSE.

c) Área do Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, coordenada por Cecília Rocha, que encarregou Maria Túlia Bertoni de apresentar o relato dos trabalhos: As Federativas presentes (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal) fizeram o relato das atividades do ESDE em seus Estados. A seguir, foram abordados os assuntos da pauta, relativos ao tema: “Procedimentos adotados pelas Federativas para solucionar problemas identificados no diagnóstico realizado no ESDE”, chegando-se à conclusão de que há necessidade de: a) Preparação de Monitores; b) Cursos de Reciclagem de Monitores; c) Formação de Multiplicadores que irão colaborar nos Cursos de Monitores; d) Implantação de uma Coordenação Pedagógica (Assessoria Pedagógica). Quanto ao segundo tema — “Recursos Pedagógicos Experiências Vivenciadas” —, Mato Grosso do Sul apresentou uma coletânea de procedimentos de ensinos alternativos de alguns temas. A FEB distribuiu o Plano de Ação do ESDE para 1997 do seu campo experimental e ofereceu, a título de subsídio, um material de técnicas e recursos elaborados e aplicados pelos Monitores daquele campo. Temas para a próxima reunião: 1. “Curso para Monitores, considerando as necessidades de todos os Estados presentes, que será realizado durante a reunião da Comissão Regional”, 2. “Levantamento estatístico do ESDE”.

d) Área de Infância e Juventude, coordenada por Rute Ribeiro: O trabalho foi iniciado com a leitura e comentários da questão 12 — Mensagem aos evangelizadores — da entrevista dada por Francisco Thiesen (Espírito) através do médium Divaldo Pereira Franco. A seguir, os Estados relataram as ações realizadas para a comemoração dos 20 anos da Campanha Permanente de Evangelização. Foi apresentada pela coordenadora a programação para o III Encontro Nacional de Diretores de DIJs, sendo comentado o desenvolvimento desse programa. O tema da reunião — “Formação de recursos humanos para



o trabalho de evangelização” — foi analisado em todos os seus itens, pelos Estados, como segue: “Liderança” (Mato Grosso); “Motivação para o trabalho” (Espírito Santo); “Delegação de responsabilidade” (Minas Gerais e Mato Grosso do Sul); e “Resistência e Mudanças” (Distrito Federal). O último assunto foi o relato dos representantes sobre as atividades realizadas junto ao Movimento Espírita estadual. O tema para a próxima reunião será: “Integração do DIJ com os Departamentos da Federativa Estadual e órgãos regionais”.

Terminados os relatos das Áreas especializadas, os representantes das Federativas Estaduais e da FEB proferiram palavras de despedida, com manifestação de agradecimento à acolhida fraterna da Federação Espírita do Distrito Federal, sendo a reunião encerrada com uma prece proferida por Leila Ramos, da Federação Espírita do Estado do Tocantins.

- // -

# A FEB na VIII Bienal do Livro

A Federação Espírita Brasileira participou da VIII Bienal do Livro no Riocentro. Durante 12 dias, todas as obras editadas pela FEB foram colocadas à disposição do público, com o objetivo fundamental de divulgar a Doutrina Espírita.

Os visitantes puderam ter acesso à Home Page, hoje uma realidade já vitoriosa na Internet, assim como ao vídeo “O Espiritismo — De Kardec aos Dias de Hoje”. Também estiveram ao alcance dos interessados as Apostilas do Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita (ESDE) e da Evangelização Espírita Infante-Juvenil, assim como, fitas de músicas com as respectivas partituras.

REFORMADOR publicará no próximo número notícia ilustrada sobre esse significativo evento cultural.

- // -

# A FARSA DOS JULGAMENTOS DE JESUS

Washington Luiz Nogueira Fernandes

## II

### JULGAMENTO DE JESUS PELOS ROMANOS, NO PRETÓRIO, PERANTE PILATOS, HERODES E A SENTENÇA FINAL

#### **MATEUS:**

Cap. 27, 11-26: E foi Jesus apresentado ao presidente, e o presidente o interrogou, dizendo: És Tu o Rei dos judeus? E disse-lhe Jesus: Tu o dizes. E, sendo acusado pelos principais sacerdotes e pelos anciãos (81), nada respondeu. Disse-lhe então Pilatos (82): Não ouves quanto testificam contra Ti? E nem uma palavra lhe respondeu, de sorte que o presidente estava muito maravilhado. Ora, por ocasião da festa, costumava o presidente soltar um preso (83), escolhendo o povo então um preso bem conhecido, chamado Barrabás (84). Portanto, estando eles reunidos, disse-lhes Pilatos: Qual quereis que vos solte? Barrabás, ou Jesus, chamado Cristo? Porque sabia que por inveja (85) o haviam entregado... Mas os principais sacerdotes e os anciãos persuadiram a multidão que pedisse Barrabás e matasse Jesus (86). E respondendo o presidente, disse-lhes: Qual desses dois quereis vós que eu solte? E eles disseram: Barrabás. Disse-lhes Pilatos: que farei então de Jesus, chamado Cristo? (87) Disseram-lhe todos: Seja crucificado (88). O presidente, porém, disse: Mas que mal fez Ele? (89) E eles mais clamavam, dizendo: Seja crucificado. Então Pilatos, vendo que nada aproveitava, antes o tumulto crescia, tomando água lavou as mãos (90) diante da multidão, dizendo: Estou inocente do sangue deste justo (91); considerai isso... Então soltou-lhes Barrabás, e, tendo mandado açoitar a Jesus, entregou-o para ser crucificado (92).

(81) — A citação significa que a cúpula judaica fez acusação.

(82) — Pôncio Pilatos foi procurador da Judéia, província sul da Palestina, de 26 a 36 d.C., tendo Jerusalém como a principal cidade; segundo o historiador Eusebio (séc.3), ele se suicidou nas Gálias.

(83) — Este evangelista não dá detalhes do julgamento principal, passando logo para um novo processo, de natureza eletiva (escolha), e não condenatória, com base no direito consuetudinário, isto é, conforme o costume e a tradição da época, e que era soltar um preso no período da festa, costume conhecido como *privilegium paschale*.

(84) — Por algum motivo, Barrabás foi o escolhido pelos judeus para ser votado e solto, considerando que, naturalmente, havia muitos outros presos (v. Mc. 15:7; os dois ladrões crucificados com Jesus, etc.)

(85) — Na Vulgata per invidiam (lat, por inveja); no original grego aparece *Fthónon* (inveja. gr. *fthónos*, ou); este é um fundamento até então não abordado, da atitude dos judeus em relação a Jesus, o qual não invalida os outros até agora vistos.

(86) — A descrição sugere que houve incitamento das lideranças judias em relação ao povo, para uma determinada decisão, indicando manipulação e constrangimento da livre vontade, prevalecendo-se do status que possuíam, além do que, fustigando para o

clamor da morte de Jesus, o que não estava na pauta de julgamento, pois o processo consuetudinário era apenas eletivo e não condenatório.

(87) — Aqui está um detalhe muitíssimo importante nesta história. Totalmente ilegal a atitude de Pilatos porque a tradição indicava apenas que um preso poderia ser solto no período de festa, sem referir-se a uma necessidade de decidir o destino do preterido, mesmo porque isso seria se sobrepor à justiça; assim, escolhido qual preso seria solto, evidentemente isto significaria que o outro ou os outros não seriam soltos, permanecendo então encarcerados, encerrando qualquer julgamento, após este ato de liberalidade romana; portanto, escolhido Barrabás, encerrou-se o processo eletivo e, tendo sido Jesus preterido, deveria naturalmente continuar preso. Esta atitude de Pilatos em querer continuar um julgamento extraordinário, transferindo a competência decisória para o povo, já evidenciado o seu desfecho, revela a disposição de dar uma “solução final” ao caso Jesus, podendo sugerir que houvesse uma prévia aliança dele com as lideranças judaicas, para troca de favores, pois vimos (v. nota 3) que a alta hierarquia judaica era bem relacionada com os romanos. No mesmo sentido, não menos intrigante também é que Pilatos, descrito pelo historiador judeu Flávio Josefo como possuidor de um temperamento rígido, sustentado por uma eficiente força militar, aqui se curva covardemente, como se estivesse atemorizado, diante de uma atitude incompreensível, que foi concordar que um homem, reconhecido como inocente e vítima de inveja, fosse levado à morte em detrimento de um amotinador e homicida, unicamente sob a justificativa de contentar o povo judeu, que vivia em verdade sob sua dominação e desprezo; a idéia de uma prévia aliança do governador com as lideranças judaicas seria muito reforçada se confirmasse a presença de romanos quando da prisão de Jesus — v. nota (44).

(88) — Aqui estaria a decisão da crucificação, num julgamento extraordinário, ilegal, sentenciada ilegalmente por delegação de competência, mas com a confirmação e ratificação de Pilatos.

Crucificação ou crucifixação é a execução pela suspensão numa cruz. O Antigo Testamento a menciona mais como agravante à pena capital do que como forma de execução (Gen., 40:19;Dt, 21:22;Jos, 10:26), servindo para exposição do cadáver. Atualmente, há quase um consenso para aceitar que: ao tempo de Jesus, era costume flagelar o condenado antes de ser crucificado; o condenado devia carregar despido o travessão horizontal da cruz até o local do suplício mas, como os romanos respeitavam os costumes da Palestina, neste caso os condenados à morte poderiam ir vestidos; no local, despido o condenado, fixavam-se seus braços na haste, através de cravos, raramente com cordas; após suspendê-lo, fixavam-se seus pés na haste para não ficar balançando; os cravos da mão eram fixados nos carpos, único lugar da mão capaz de suportar o peso do corpo. Os povos pagãos já utilizavam a cruz como instrumento de suplício. Chama-se cruz grega quando as hastes se cruzam pelo meio (+); e que são as mais conhecidas hoje; cruz latina as astes se cruzam em tamanhos diferentes (†), e que são as mais conhecidas hoje; cruz comissa, quando uma haste passa pela extremidade superior da outra (T), a qual teria sido a utilizada para Jesus, pois era a mais comum à época. Fala-se também da cruz de Santo André, chamada decussata, com a forma de Y ou X, mas muito se questiona sobre a sua real existência.

(89) — A citação indica que perante o Juízo Romano não havia fundamento para a condenação, e, por conclusão, Jesus fora absolvido.

(90) e (91) — Este ato de Pilatos lavar as mãos, ratificando a condenação de um inocente, ficou significando, pois, a indiferença e a omissão de cada criatura perante a verdade e perante seus deveres para com a justiça, cabendo a cada um, também, a responsabilidade pelas conseqüências advindas pelos atos de omissão.

(92) — Aqui estaria o início da execução da sentença.

## **MARCOS:**

Cap. 15, 1-15: E, logo ao amanhecer (93), os principais dos sacerdotes, com os anciãos, e os escribas, e todo o sinédrio, tiveram conselho; e, ligando Jesus, o levaram e entregaram a Pilatos. E Pilatos lhe perguntou: Tu és o Rei

dos judeus? (94) E Ele, respondendo, disse-lhe: Tu o dizes. E os principais dos sacerdotes o acusavam de muitas coisas (95); porém ele nada respondia. E Pilatos o interrogou outra vez, dizendo: Nada respondes? Vê quantas coisas testificam contra Ti (96). Mas Jesus nada mais respondeu, de maneira que Pilatos se maravilhava. Ora no dia da festa costumava soltar-lhes um preso qualquer que eles pedissem (97). E havia um chamado Barrabás, que, preso com outros amotinadores, tinha num motim cometido uma morte (98). E a multidão, dando gritos, começou a pedir que fizesse como sempre lhes tinha feito. E Pilatos lhes respondeu, dizendo: Quereis que vos solte o Rei dos judeus? Porque ele bem sabia que por inveja (99) os principais sacerdotes o tinham entregado. Mas os principais dos sacerdotes incitaram a multidão para que fosse solto antes Barrabás (100). E Pilatos, respondendo lhes disse outra vez: Que quereis pois que faça daquele a quem chamais Rei dos judeus? E eles tornaram a clamar: Crucifica-O (101). Mas Pilatos lhes disse: Mas que mal fez? (102). E eles cada vez clamavam mais: Crucifica-O. Então Pilatos, querendo satisfazer a multidão, soltou-lhes Barrabás, e, açoitado Jesus, O entregou para que fosse crucificado (103).

(93) — A citação indica que o julgamento foi pela manhã e Jesus, portanto, teria passado mais uma noite preso, ilegalmente; estes detalhes se confirmam em João (18:28);

(94) — Em verdade, o conteúdo do interrogatório, de natureza religiosa, não era absolutamente da competência do tribunal romano.

(95) — A citação indica também que os líderes judeus foram os acusadores.

(96) — A citação não alude à falsidade de testemunho, o que não invalida os outros evangelistas.

(97) — v.nota (83).

(98) — Curioso anotar que Marcos, a contrário de Mateus, quis dar mais detalhes pessoais acerca de Barrabás; da mesma forma Lucas.

(99) — v. nota (85).

(100) — v. nota (86).

(101) — v. nota (87) e (88).

(102) — v. nota (89).

(103) — v. nota (102).

## **LUCAS:**

Cap. 23, 1-25: E, levantando-se toda a multidão deles, o levaram a Pilatos. E começaram a acusá-lo dizendo: Havemos achado este, pervertendo a nossa nação (104), proibindo dar o tributo a César (105), e dizendo que ele mesmo é Cristo (106), o rei. E Pilatos perguntou-Lhe, dizendo: Tu és o Rei dos judeus? (107) E Ele, respondendo, disse-lhe: Tu o dizes. E disse Pilatos aos principais dos sacerdotes, e à multidão: Não acho culpa alguma neste homem (108). Mas eles insistiam cada vez mais, dizendo: Alvoença o povo ensinando por toda a Judéia (109), começando desde a Galiléia até aqui. Então Pilatos, ouvindo falar da Galiléia, perguntou se aquele homem era Galileu. E, sabendo que era da jurisdição de Herodes, remeteu-O a Herodes (110), que também naqueles dias estava em Jerusalém. E Herodes, quando viu a Jesus alegrou-se muito; porque havia muito que desejava vê-IO, por ter ouvido dEle grandes coisas (111); e esperava que Lhe veria fazer um sinal (112). E interrogava-O com muitas palavras, mas Ele nada lhe respondia. E estavam os principais dos sacerdotes, e os escribas, acusando-O (113) com grande veemência. E Herodes, com os seus soldados, desprezou-O, e, escarnecendo dEle, vestiu-O de uma roupa resplandecente e tornou a enviá-Lo a Pilatos (114). E no mesmo

dia Pilatos e Herodes entre si se fizeram amigos; pois dantes andavam em inimizade um com o outro (115). E, convocando Pilatos os principais dos sacerdotes, e os magistrados, e o povo, disse-lhes; Haveis-me apresentado este homem como perverso do povo (116); e eis que, examinando-O na vossa presença, nenhuma culpa, das que O acusam, acho neste homem (117). Nem mesmo Herodes (118), porque a ele vos remeti, e eis que não tem feito coisa alguma digna de morte (119). Castigá-Lo-ei pois, e soltá-Lo-ei (120). E era-lhe necessário (121) soltar-lhes um pela festa. Mas toda a multidão clamou a uma só voz: Fora daqui com este, e solta-nos Barrabás. O Qual fora lançado na prisão por causa de uma sedição feita na cidade, e de um homicídio. Falou pois outra vez Pilatos, querendo soltar Jesus (122), eles clamavam em contrário, dizendo: Crucifica-O, crucifica-O. Então ele, pela terceira vez, lhes disse: Mas que mal fez este? Não acho culpa alguma de morte. Castigá-Lo-ei pois, e soltá-Lo-ei. Mas eles instavam com grandes gritos, pedindo que fosse crucificado (123). E os seus gritos, e os dos principais dos sacerdotes, redobravam (124). Então Pilatos julgou que devia fazer o que eles pediam (125). E soltou-lhes o que fora lançado na prisão por uma sedição e homicídio, que era o que pediam; mas entregou Jesus à vontade deles (126).

(104) e (105) — Aqui aparecem fundamentos novos de acusação, apresentados perante os romanos, de ordem não religiosa, mas que se classificam, em verdade, como crimes contra Jesus, do tipo calúnia (imputar falsamente fato definido como crime) e difamação (imputar fato ofensivo à sua reputação). Isso porque Ele próprio deu o testemunho de não ferir os deveres cívicos quando, por exemplo, disse que se devia dar a César o que era de César, e a Deus o que era de Deus (Mt. 22:21); ou quando, estando em Cafarnaum, orientou Pedro a pagar as duas dracmas de tributo ao cobrador (Mt 17:24-26), para evitar escândalo; e, mais à frente, o próprio Herodes é citado como já tendo ouvido falar dEle, não como um agitador, mas como alguém que operava maravilhas, ficando demonstrados os falsos testemunhos contra o Mestre.

(106) — A velha acusação de ordem religiosa, que em verdade pouco importava aos romanos.

(107) — Seria estranhável que o interrogatório tivesse se pautado na acusação de ordem religiosa, ignorando as de ordem penal (perverso do povo, insubordinação ao imperador, etc.), que mais interessariam o governador romano, desde que admitíssemos que o evangelista tivesse que relatar todas as perguntas do interrogatório, o que não é o caso, como já vimos no início. De qualquer forma, o fato de Pilatos interrogá-Lo sobre questões religiosas, as quais não eram da alçada do tribunal romano, e pouco lhe interessavam, demonstra que ele estava em harmonia com a liderança judaica.

(108) — Este é um dos trechos que vale destacar como não tendo rigor processual. Alguém mais apressado indagaria como Pilatos chegou a esta conclusão da inocência de Jesus pois, naturalmente, só uma pergunta, a bem dizer sem resposta, seria insuficiente para este livre convencimento. Aqui, é mais do que evidente que o evangelista registrou uma síntese do que ocorreu. Por isso, concluímos que este trecho representa o desfecho do interrogatório e da fase de instrução e, assim, vale como outra referência de que, perante os romanos, não havia fundamento e prova para a condenação.

(109) — Novos fundamentos de acusação, não demonstrados.

(110) — OUTRO JULGAMENTO PERANTE OS ROMANOS; a citação indica que aqui se inicia um outro julgamento, não formal, perante os romanos, com base na competência territorial, ou de foro, sob o comando de Herodes Antipas (c.27 a.C. - após - 39 d.C.), que foi tetrarca (um dos quatro governadores para os quais se dividia uma área de governo) da Galiléia e da Peréia, e que, antes, mandara decapitar João Batista, a pedido de Salomé. A rigor, Herodes teria que estar em sua jurisdicção, ou seja, na Galiléia, para julgar o caso, e não em Jerusalém, que era da competência de Pilatos.

(111) — v. nota (31); a referência prova que Jesus era conhecido, mas não como sendo um perverso do povo.

(112) — v. nota (21).

(113) — Acusação feita também pelos líderes judeus, presumindo-se com os mesmos fundamentos.

(114) — A citação indica que houve absolvição de Jesus por parte de Herodes mas, a questão da real competência para o caso, e do porque Jesus foi devolvido para Pilatos, são dúvidas que ainda estão em aberto, sendo investigadas pelos estudiosos.

(115) — Em verdade, até hoje não foi possível vislumbrar qual era o motivo da inimizade entre Pilatos e Herodes, muito menos qual teria sido a causa da reconciliação. Mas é certo que o assunto Jesus esteve na pauta, pois Pilatos em seguida fala que Herodes também O tinha achado inocente, evidenciando que haviam trocado impressões a respeito.

(116) — Um dos argumentos alegados pela acusação, de ordem não religiosa.

(117), (118) e (119) — Indicações de que não havia motivos para a condenação perante os romanos.

(120) — Indicação de que, perante os romanos, Jesus foi absolvido.

(121) — Aqui, em verdade, este evangelista descreve que o governador tinha que fazer esta escolha no período de festa, não lhe sendo uma faculdade mas uma obrigação.

(122) e (123) — Aqui estaria a condenação de Jesus à crucificação, num julgamento extraordinário, ilegal, pelos motivos já expostos acima (nota 87), sob o beneplácito de Pilatos, que O reconhecia inocente.

(124) — v. nota (86).

(125) — v. nota (87).

(126) — Aqui iniciaria a execução da sentença.

## **JOÃO:**

Cap. 18, 28-40: Depois levaram Jesus da casa de Caifás para a audiência (127). E era pela manhã cedo (128). E não entraram na audiência, para não se contaminarem (129), mas poderem comer a páscoa. Então Pilatos saiu fora (130) e disse-lhes: Que acusação trazeis contra este homem? (131) Responderam, e disseram-lhe: Se este não fosse malfeitor (132), não to entregaríamos. Disse-lhes pois Pilatos: Levai-O vós, e julgai-O, segundo a vossa lei (133). Disseram-lhe então os judeus: A nós não nos é lícito matar pessoa alguma (134). Para que se cumprisse a palavra que Jesus tinha dito, significando de que morte havia de morrer. Tornou pois a entrar Pilatos na audiência, e chamou a Jesus e disse-Lhe: Tu és o Rei dos judeus? (135) Respondendo-lhe Jesus: Tu dizes isso de ti mesmo, ou disseram-to outros de mim? (136) Pilatos respondeu: Porventura sou eu judeu? a Tua nação e os principais dos sacerdotes entregaram-Te a mim: que fizestes? Respondeu Jesus: O meu reino não é deste mundo; se o meu reino fosse deste mundo, pelejariam os meus servos, para que eu não fosse entregue aos judeus; mas agora o meu reino não é daqui. Disse-Lhe pois Pilatos: Que é a verdade? E, dizendo isto, tornou a ir ter com os judeus, e disse-lhes: Não acho nEle crime algum (137). Mas vós tendes por costume que eu vos solte alguém na páscoa. Quereis pois que eu vos solte o Rei dos judeus? Então todos tornaram a clamar, dizendo: Este não, mas Barrabás. E Barrabás era um salteador.

Capl 19, 1-16: Pilatos pois tomou então a Jesus, e o açoitou (138). E os soldados, tecendo uma coroa de espinhos, lha puseram sobre a cabeça e Lhe vestiram uma veste de púrpura. E diziam: Salve, Rei dos judeus. E davam-Lhe bofetadas (139). Então Pilatos saiu outra vez fora; e disse-lhes: Eis aqui vo-Lo trago fora, para que saibais que não acho nEle crime algum (140). Saiu pois Jesus fora, levando a coroa de espinhos e o vestido de púrpura. E disse-lhes Pilatos: Eis aqui o homem (141). Vendo-O pois os principais dos sacerdotes e os servos, clamavam, dizendo: Crucifica-O, crucifica-O (142). Disse-lhes Pilatos:

Tomai-O vós, e crucificai-O; porque eu nenhum crime acho nEle (143). Responderam-lhe os judeus: Nós temos uma lei, e, segundo a nossa lei, deve morrer, porque se fez Filho de Deus (144). E Pillatos, quando ouviu esta palavra, mais atemorizado ficou. E entrou outra vez na audiência e disse a Jesus: Donde és Tu? Mas Jesus não lhe deu resposta. Disse-Lhe Pilatos: Não me falas a mim? não sabes Tu que tenho poder para Te crucificar e tenho poder para Te soltar? Respondeu Jesus: Nenhum poder terias contra mim, se de cima te não fosse dado; mas aquele que me entregou a ti maior pecado tem. Desde então Pilatos procurava soltá-Lo; mas os judeus clamavam, dizendo: Se soltas este, não és amigo de César (145); qualquer que se faz é contra o César. Ouvindo pois Pilatos este dito, levou Jesus para fora, e assentou-se no tribunal, no lugar chamado Litostrotos, e em hebraico Gábata. E era a preparação da páscoa, e quase à hora sexta (146) disse aos judeus: Eis aqui o vosso Rei. Mas eles bradaram: Tira, tira, crucifica-O (147). Disse-lhes Pilatos: Hei de crucificar o vosso Rei? (148) Responderam os principais dos sacerdotes: Não temos rei, senão a César (149). Então entregou-lhO, para que fosse crucificado (150). E tomaram a Jesus, e O levaram (151).

(127) — Na Vulgata, aparece in praetorium (para o pretório; latim praetorium,ii); no original grego aparece paitórion (pretório, gr.praitórios, ou); muitas versões não traduzem, pois, exatamente conforme o original. Pretório, inicialmente, era o palácio do pretor, magistrado do império romano, encarregado da distribuição da justiça ou do governo de uma província. Ao tempo de Jesus, era a residência ou quartel-general do governador, ao mesmo tempo sede de tribunal.

(128) — Na Vulgata, Eratautem mane (lat. E era o amanhecer); no original grego dé proi (E era cedo; gr. próios, próos, os). A citação indica o horário do julgamento, pela manhã, e, portanto, Jesus teria ficado mais uma noite preso, ilegalmente, e, pela descrição, onde ficava o sumo sacerdote.

(129) — Em algumas traduções aparece “aviltassem”; na Vulgata, aparece ut non contaminarentur (do lat. contaminō, are; v. pass. ind., e não se contaminassem, cujo sentido é entrar em contato, misturar, manchar, sujar, contagiar); no original grego aparece ína mê miantôsin (para que assim não se manchassem, maculassem, gr.miaíno; tós, subj. e adv. — manchar-se) ; o melhor sentido parece ser “maculassem”, considerando que, obviamente, os judeus não se davam com os romanos, que os escravizavam, tendo na questão dos impostos um dos pontos centrais, por vários motivos: o valor dos impostos não era previamente conhecido; não se sabia ao certo sua destinação; uma parte servia para o exército romano; muitas vezes, os cobradores de impostos desviavam a arrecadação em seu próprio benefício, ficando assim conhecidos como corruptos. Por isso, os judeus não se sentavam à mesa, nem entravam em casa de romanos, considerados pecadores, impuros, além de, a contrário da Lei Mosaica, eles adoravam outros deuses, considerando também que a figura do imperador sempre se apresentava deificada.

(130) — Esta referência e a seqüência do julgamento indicam que o interrogatório de Jesus ocorreu em secreto, como ocorria com os julgamentos realizados no palácio imperial. Vale esclarecer que o princípio da publicidade dos procedimentos judiciais do direito romano se excepcionava nos julgamentos pelo governador e imperador, que em verdade não eram autoridades judiciárias mas executivas, sendo competentes porém para a jurisdição penal.

(131) — O texto poderia dar a falsa impressão de que Pilatos ignorava o teor das acusações, o que não poderia ser, tendo em vista a convocação de um julgamento no pretório, cujo motivo não poderia ser desconhecido; o mais lógico é que tenha havido uma natural imprecisão do evangelista.

(132) — Outro argumento calunioso da acusação.

(133) e (134) — A indagação de Pilatos sugere que, pela Lei Romana, os judeus teriam autoridade para executar um pena capital, mas eles que alegaram que não poderiam. O



argumento deles lembra a posição da Igreja no período da Inquisição, quando alegava detestar derramamento de sangue, enviando então os condenados para serem executados pelo braço secular...

(135) — Interrogatório de fundamento religioso.

(136) — Outra indicação de que Jesus não tinha o hábito de apregoar esta condição.

(137) — Indicação de que não havia motivos para condenação perante os romanos.

(138) — v. nota (83).

(139) e (140) — Estes castigos pelos romanos não tinham o menor fundamento, pois estava em curso o processo de julgamento e não tinha havido nenhuma condenação, pelo contrário, o governador repetia que não havia fundamento para isto.

(141) — Outras citações que indicam a absolvição de Jesus perante os romanos.

(142) — Na Vulgata ECCE HOMMO (lat. Eis o homem, eis aqui o homem); no original grego, idoá hó ántropos (eis aqui o homem), palavras essas de Pilatos que se imortalizaram nos tempos...

(143) e (144) — Nem perante a Lei Judaica nem a romana, havia fundamento para a pena de morte para este tipo de acusação.

(145) — Este é um aspecto novo da postura dos judeus, indicando um meio de intimidação do governador, revelando que não eram as melhores as suas relações com César.

(146) — Indicação do horário do fim do julgamento.

(147) — NOVO JULGAMENTO, NÃO FORMAL, PELOS JUDEUS; a citação indica um novo julgamento pelos judeus, que teriam decidido a sorte de Jesus, confirmada por Pilatos.

(148) — A citação parece indicar ironia de Pilatos.

(149) — Estranhável esta nova postura dos principais sacerdotes, agora de adoração a outro deus, no caso, a César.

(150) — A descrição de João nada fala do episódio com relação a Barrabás.

(151) — Aqui começaria a fase da execução da sentença.

## COMENTÁRIOS

Dos trechos vistos, extraímos nove importantes detalhes: a) Jesus foi submetido a dois julgamentos perante os romanos, um perante Pilatos e outro perante Herodes, remanescendo dúvidas para saber qual seria realmente a competência territorial para o caso; b) não há menção de audiência de testemunhas nos julgamentos; c) o julgamento perante Pilatos, antes de enviar a Herodes, foi pela manhã, tendo Ele ficado, portanto, mais uma noite preso pelos judeus, ilegalmente (v.nota 70); d) as acusações contra Jesus foram realizadas pelos judeus, por inveja, e, além das de ordem religiosa, que em verdade não eram de competência dos romanos e a eles pouco importava, eram de que Ele pervertia a nação, proibia de dar tributo a César e alvoroçava o povo, acusações essas que em verdade foram crimes de calúnia e difamação contra Jesus; e) Jesus foi absolvido perante o Juízo romano mas Pilatos, para contentar os judeus, o que só seria justificável admitindo-se um prévio acordo com as lideranças, iniciou um outro processo, com base no direito consuetudinário, para decidir quem seria solto no período da festa; f) o governador Pilatos acatou estranhamente a decisão dos judeus, instigado e manipulado pelos líderes, que optou pelo amotinador e homicida Barrabás, em detrimento de Jesus, reconhecido por ele como inocente; g) Jesus foi submetido ilegalmente a castigos corporais pelos romanos, quando Ele sequer tinha sido ainda julgado, pois ainda estava na fase do interrogatório; h) após a escolha de Barrabás, Jesus deveria ter permanecido preso, ainda que ilegalmente, porque fora preterido, mas Pilatos iniciou também ilegalmente um outro processo, sem nenhum fundamento, para decidir o que seria feito de Jesus, o que revela sua

intenção de dar uma “solução final” ao caso; i) Jesus foi condenado à crucificação de modo também totalmente ilegal porque, primeiro, Ele já tinha sido absolvido dos crimes que a Ele foram apontados, por falta de provas, e o próprio governador dissera que não havia fundamento para a pena de morte para seu caso; portanto, ele não poderia ratificar a decisão dada pelos judeus, de crucificação; isto para não falar que não existia um processo para decidir o que se faria do preso que fosse preterido na escolha da libertação de um por ocasião da festa, pois o processo servia apenas para escolher um, e não para decidir o que faria com o preterido.

## RESUMO DE COMO TUDO ACONTECEU E AS ILEGALIDADES

### TRIBUNAL RELIGIOSO DO SINÉDRIO, PERANTE OS JUDEUS

Réu: Jesus de Nazareth

Data: Há dois mil anos

Horário e local: À noite, em Jerusalém, na residência do sumo sacerdote Caifás. **(Ilegalidades:** pela lei judaica, ilícitos penais não se julgavam à noite, nem em período de festa, nem o Sinédrio poderia reunir-se fora do Templo).

Iniciativa: Lideranças judaicas, sem apoio popular.

Acusação: Jesus admitir-se o Messias.

Motivos reais: Interesses pessoais e políticos; busca de alguém para ser apresentado como inimigo do judaísmo, despertando sentimentos nacionalistas.

Audiência de instrução e julgamento:

Interrogatório preliminar com Anás, sogro de Caifás. Não foi incriminado.

Interrogatório principal com Caifás: Incriminado.

Testemunhas de Acusação: Pelo menos duas, sob falso testemunho.

**(Ilegalidade:** Falsidade testemunhal; falso testemunho é vedado pelo Decálogo (Ex.20:16).

Testemunhas de Defesas: Não há menção de nenhuma.

Julgamento e Penalidade: Culpado, por blasfêmia; pena de morte.

**(Ilegalidades:** Pena de morte fora abolida pelo Decálogo (Ex., 20:5); uma “exceção” seria para blasfêmia “contra” o nome de Deus, a qual Jesus não pronunciou em momento algum; pela Lei Judaica, ninguém poderia ser condenado somente por sua própria confissão.

Prisão e guarda do preso: Jesus retido por pelo menos uma noite; vítima de agressões físicas e morais.

**(Ilegalidades:** Retenção e tratamento injustos; excesso de poderes, com quem era apenas “suspeito”, aguardando julgamento definitivo).

Recurso: Segundo alguns estudiosos, caberia recurso ao Tribunal romano, por tratar-se de pena capital.

### CONCLUSÃO SOBRE O JULGAMENTO:

**Uma farsa, pois além das varias irregularidades e ilegalidades, Jesus já estava previamente sentenciado, desde quando se iniciou a trama para prendê-Lo, servindo o julgamento unicamente para dar “aparências” de legalidade.**

### NO PRETÓRIO, PERANTE OS ROMANOS

Réu: Jesus de Nazareth

Data: Há dois mil anos

Horário e local: De dia, em Jerusalém, no Pretório.

Iniciativa: Lideranças judaicas.

Acusações: Alvorçava e pervertia a nação, proibia de dar tributo a César, mais as acusações religiosas, que em verdade não eram de competência do Tribunal romano. **(Ilegalidades:** Acusações foram criminosas, do tipo calúnia e difamação, pois Jesus lecionava exatamente o oposto: Dar a César o que era de César e a Deus o que era de Deus; amar o próximo como a si mesmo).

Motivos reais: Há suspeitas de ter havido um prévio acordo entre as lideranças judaicas e o governador romano, visando a uma possível troca de favores.

Audiências de instrução e julgamento:

Interrogatório com Pilatos: Alegação de incompetência, por ouvir que Jesus atuava na Galiléia, encaminhando-O para Herodes, que apesar de governar a Galiléia, estava no momento em Jerusalém.

Interrogatório e julgamento perante Herodes: Absolvido, por falta de provas; Jesus reencaminhando a Pilatos.

Testemunhas de Acusação e Defesa: Não há menção.

Novo Interrogatório e o Julgamento de Pilatos: Absolvido, por falta de provas.

Testemunhas de Acusação e Defesa: Não há menção.

**CONVERSÃO EXTRAVAGANTE DO JULGAMENTO EM NOVO PROCESSO:** Pilatos, estranhamente converteu o julgamento em um novo processo, de natureza eletiva, para escolha de qual preso seria solto no dia da festa (pessach), liberalidade romana do *privilegium paschale*.

**(Ilegalidade:** Se Jesus fora absolvido no julgamento, Ele deveria ser solto, não sendo assim mais um “preso”, não tendo, pois, capacidade processual para participar de um processo de *privilegium paschale*, exclusivo para presos; o julgamento não poderia, assim, ter sido convertido em outro.)

Audiência da **vox populi** e Julgamento: Jesus foi preterido pelo povo, em detrimento de um amotinador e homicida (Barrabás).

**DECISÃO EXTRAVAGANTEMENTE CONVERTIDA EM NOVO PROCESSO:** Pilatos, também estranhamente, converteu decisão em um novo processo, de natureza condenatória, para decidir qual o destino que se daria a Jesus. **(Ilegalidades:** A decisão não poderia ter sido convertida em novo processo, pois já se tinha esgotado a sua finalidade, que era apenas a escolha de um preso para ser solto, o que quer dizer que os preteridos deveriam permanecer presos.)

Audiência da *vox populi* e julgamento: Crucificação. **(Ilegalidades:** As já apontadas acima para a pena de morte; Pilatos não poderia ratificar a decisão capital de alguém reconhecido como inocente.)

**CONCLUSÃO SOBRE OS JULGAMENTOS ROMANOS:** Uma farsa, pois além das várias irregularidades e ilegalidades, nos vários processos decisórios extravagantes, tudo indica que Jesus já estava previamente condenado, através de um acordo das lideranças judaicas com Pilatos, que se comportou como quem queria dar uma “solução final” ao caso Jesus, ao converter várias vezes os julgamentos em novas decisões.

## CONCLUSÕES GERAIS E O VEREDITO FINAL

Após a análise de todos os detalhes, procedimentos e fases dos julgamentos a que Jesus foi submetido, a conclusão é que, em verdade, Jesus já estava condenado antes de submeter-se a eles, por acordo entre líderes judeus e romanos, e que sugerem interesses pessoais, de natureza política e não religiosa, em nada pesando a série de irregularidades e ilegalidades dessas decisões. Acima de tudo, esta história representa a opção que temos entre Deus e Mamom (o materialismo) e que, apesar de este num momento transitoriamente prevalecer, ao final é vencido inafastavelmente. Por isso, reservamos, para o final, o comentário do mais importante dos Seus julgamentos, que é perante a história e a consciência da criatura humana. Nesses dois mil anos, o tribunal da consciência já deu um veredito, no autocídio de Judas e Pilatos. Na história, mais se dobram os anos e mais cresce a Sua mensagem, inspirando homens e nações, em convite para uma nova

mentalidade e um novo comportamento, em harmonia com as Leis Soberanas da Vida. Atualmente, quase a metade da população do Planeta se conta entre pessoas que participam das aspirações cristãs, demonstrando o triunfo da Verdade. A história de Sua vida e de Sua ilegal condenação, pelo crime de ter sido bom e justo, é um exemplo para todos nós, de que, “aparentemente” vencidos e ultrajados hoje, não se pode duvidar da vitória do Bem. Também é uma advertência de que nada substitui os deveres da consciência tranqüila...

Finalizando, vai também um resumo do processo no “grande tribunal”.

## JULGAMENTO DE JESUS NO TRIBUNAL DA CONSCIÊNCIA HUMANA

Réu: Jesus de Nazareth.

Data, horário, local: A cada dia, a cada hora, em todo lugar, quando a criatura tenha a coragem de olhar para si mesma, com humildade reconhecendo as próprias limitações e imperfeições.

Acusadores: As paixões humanas.

Testemunhas de Acusação: As ilusões do mundo.

Testemunha de Defesa: A consciência.

Audiência e Julgamento: Ouvida a consciência, a cada um segundo as suas obras.

Recurso: Reencarnação...

### **BIBLIOGRAFIA**

Bíblia Vulgata, octava editio. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1991.

BOVER, José M. et. O'CALLAGHAN, José, Nuevo Testamento Trilingüe (Grego, Latim e Castelhanu), segunda edición. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1988.

CHARLESWORTH, James H., Jesus dentro do Judaísmo, trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

COHN, Haim, O Julgamento e a Morte de Jesus, trad. Henrique de Araújo Mesquita. São Paulo, Imago, 1994.

CORREIA, A., Manual de Direito Romano. Rio de Janeiro, Série Cadernos Didáticos, s.d..

COULANGES, Fustel de, A Cidade Antiga, trad. Jonas C. Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo, Ed. Hemus, 1975. Enciclopédia Universal ilustrada Europeu-Americana, [Espasa-Caolpe]. Barcelona, Hijos de J. Espasa, Editores, [190?], 80 vol..

FERREIRA, Antônio Gomes, Dicionário de Latim-Português. Portugal, Porto Editora, 1983.

FERREIRA, Antônio Gomes, Dicionário de Português-Latim. Portugal, Porto Editora, 1990.

FERREIRA, Miguel Vieira, O Cristo no Júri. São Paulo, Oficinas Gráficas de Saraiva, 1957.

Grande Enciclopedia Larousse Cultural. São Paulo, Círculo do Livro S.A., licença Edit. Ed. Universo, 1980, 30 vol..

JOSEFO, Flavio, História dos Hebreus, trad. Pde. Vicente Pedroso. São Paulo, Ed. das Américas, 1961. 8 vol..

McKENZIE, John L.S.J., Dicionário Bíblico, trad. Álvaro Cunha, 3ª ed., São Paulo, Ed. Paulinas, 1978.

MEIRA, Silvio A.B., A Lei das XII Tábuas, 3ª ed. , Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1972.

MELAMED, Meir matzliah, A Lei de Moisés e as Haftarot, 4ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Danúbio, s.d..

PEREIRA, Isidoro, S.J., Dicionário Grego-Português e Português-Grego, 7ª ed., Braga, Portugal, 1990.

SALVADOR, Carlos Corral (Diretor) et EMBIL, José M<sup>a</sup> Urteaga, Dicionário de Direito Canônico, trad. Jesús Hortal, S.J., São Paulo, Ed. Loyola, 1993.

- // -

# AUTO-DE-FÉ EM BARCELONA

(9 de outubro de 1861)

MÁRIO FRIGÉRI

“A retaguarda da Inquisição fez hoje o seu último auto-de-fé. É que assim o quisemos.” Um Espírito.\*

Julgando incinerar pensamentos e idéias,  
No Século XIX, em Barcelona, Espanha,  
Acende a Inquisição, com inusitada sanha,  
A última fogueira em terras européias.

Na praça, o inquisidor sofre apupos do povo...  
E os livros de Kardec, em trezentos volumes,  
Evolando-se aos céus, relampeando entre os lumes,  
Iluminam o porvir de um mundo livre e novo!

Kardec recebeu, pintada no local,  
Expressiva aquarela — e da própria fogueira  
Guarda um pouco de cinza em urna de cristal.

Destas cinzas se ergueu, como a fênix, em glória,  
Com solar esplendor, a Doutrina pioneira  
Que é o Fanal das nações na vanguarda da História!

---

\*Do livro "Obras Póstumas", Allan Kardec, 26ª ed., FEB, 1993, pág. 304.

# **SEARA ESPÍRITA - FATOS EM NOTÍCIA**

## **PERNAMBUCO: MOSTRA ESPÍRITA**

Com o tema central "A Educação Integral do Ser Humano", a Federação Espírita Pernambucana promoveu a sua tradicional MOSTRA ESPÍRITA, de 1 a 3 de agosto passado, no Centro de Convenções de Pernambuco (Teatro Guararapes), com o objetivo de proporcionar oportunidade de se conhecer o Espiritismo em seus aspectos fundamentais e em toda a sua abrangência. Os temas específicos, baseados no tema central, foram desenvolvidos em palestras e simpósios pelos expositores Alberto Ribeiro de Almeida (PA), Berenice Kowaalevsky (PA), Geraldo Guimarães (RJ), Giselda Carneiro Arnaud (PB) e Umberto Ferreira (GO).

-//-

## **R. G. SUL SEMINÁRIO SOBRE SAÚDE MENTAL**

A Federação Espírita do Rio Grande do Sul, em parceria com a Associação Médico-Espírita daquele Estado, realizará um Seminário Estadual sobre Saúde Mental, de 24 a 26 do corrente mês, no auditório do Hotel Embaixador (Rua Jerônimo Coelho, 354 — Porto Alegre). Trata-se de um evento inédito no Movimento Espírita gaúcho, que contará com a presença, como expositores, de renomados profissionais das áreas de Medicina, Psiquiatria e Psicologia de vários Estados brasileiros. Estarão presentes a Presidente da Associação Médico-Espírita do Brasil, Marlene Rossi Severino Nobre, o Presidente da AME do Rio Grande do Sul, Gilson Luís Roberto, e os tribunos Divaldo Pereira Franco e José Raul Teixeira.

-//-

## **AUSTRÁLIA: ESTUDO DA CODIFICAÇÃO KARDEQUIANA**

O Allan Kardec Study Group of Australia, de Sydney, estuda regularmente as obras básicas da Doutrina Espírita, com ênfase para "O Evangelho segundo o Espiritismo", fazendo a sua divulgação no boletim informativo Aksgoa News. Endereço do Grupo: P.O. Box 440, Asfield NSW 2131, Sydney, Austrália; Telefones (02) 9799327, 94121742 ou 94530585.

-//-

## **RIBEIRÃO PRETO (SP): FEIRA DO LIVRO**

O Movimento Espírita de Ribeirão Preto, coordenado pela USE Intermunicipal daquela cidade, promoveu a XXIV Feira do Livro Espírita no período de 5 a 12 de julho passado. Foram expostos 21.320 livros. A venda totalizou 15.684 exemplares, cabendo os três primeiros lugares às obras de Allan Kardec: "O Evangelho segundo o Espiritismo", 1308 livros; "O Livro dos Espíritos", 589 e "O Livro dos Médiuns", 283. Nos 24 anos de funcionamento, a Feira já vendeu 339.476 livros, com a média anual de 14.145 exemplares.



## **MATO GROSSO: 103 ANOS DO PRIMEIRO JORNAL ESPÍRITA**

O primeiro jornal espírita que circulou em Mato Grosso foi A Verdade, tendo surgido em 27 de julho de 1894, com quatro páginas e circulação semanal. Foi localizado o respectivo exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por Washington Luiz Nogueira Fernandes, que obteve o microfilme e o ofertou à Federação Espírita do Mato Grosso. (JE.)

-//-

## **RIO DE JANEIRO: CONFRATERNIZAÇÃO ESPÍRITA**

A União das Sociedades Espíritas do Estado do Rio de Janeiro (USEERJ) realizou a XII Confraternização Espírita do Estado do Rio de Janeiro, nos dias 30 e 31 de agosto, nas dependências do Colégio Pedro II, em São Cristóvão. O Presidente da FEB, Juvanir Borges de Souza, participou do evento, falando sobre a Campanha de Divulgação do Espiritismo. O tema da Confraternização — “Uma Nova Era para a Humanidade” — foi abordado nas palestras de José Raul Teixeira (RJ) e Alberto Ribeiro de Almeida (PA), havendo, ainda, mesas-redondas em que outros expositores abordaram assuntos ligados ao referido tema.

-//-

## **PORTUGAL: FÓRUM ESPÍRITA NACIONAL**

A Associação Espírita de Leiria realiza nos dias 4 e 5 deste mês o IV Fórum Espírita Nacional, com o tema central "Espiritismo — Filosofia, Ciência e Moral para o século XXI". O Fórum ensejará o convívio fraterno entre os espíritas de diversas instituições e permitirá o surgimento de novos valores na área de explanação do tema central e respectivos subtemas.

-//-

## **PORTO SEGURO (BA): JORNADA ESPÍRITA**

Realizou-se a 2ª Jornada de Porto Seguro, promovida pelo Centro Espírita Porto da Paz, no período de 26 a 31 de agosto, com a abordagem do tema “A Família no Limiar do Século XXI”, participando, entre os expositores, Eduardo Guimarães, José Alberto Medrado e Marcel C. Mariano.

-//-

## **CUBA: ASOCIACIÓN ESPIRITA CRISTIANA**

Através de correspondência assinada pelo Presidente Juan E. Salgado Jurado e pelo Diretor Jesús Rolando Garcés Ramírez, tomamos conhecimento das atividades desenvolvidas pela Asociación Espirita Cristiana Juan El Bautista, de Manzanillo, Cuba, com o objetivo de estudar e divulgar o Espiritismo em seu País e estabelecer intercâmbio com Instituições Espíritas do Brasil e de outros países. Endereço para correspondência: C/Mercedes nº 52, E/. Rafael Oro Y Guadalupe — Oro, Manzanillo, Prov. Granna, Cuba, CER 87510.

- // -